

## ATA NÚMERO 7

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DEZEMBRO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, André Magalhães e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, **Abílio Neves**, **Paulo Jorge Barros Barreira**, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, **Sara Moreira Machado**, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, **Olívia de Carvalho**, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Faltou  
FREGIM – Sandra Castro Fraga, substituída por Fernando Silveira  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO Joaquim Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO - **Faltou**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: António Ferreira Soares Araújo, Pedro Manuel Barros Pereira, Pedro Miguel Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Alfredo Carvalho, António Manuel Pinto Tomaz e Sandra Castro. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Os trabalhos continuaram com a leitura de três votos de pesar, que entretanto deram entrada na Mesa da Assembleia. Um pelo senhor Professor Jorge Mendes, antigo Vereador da Câmara Municipal de Amarante, outro pelo senhor Ramiro Vieira Pinto e por último pelo senhor António Jorge Pereira da Silva. Sobre todos eles foi guardado um minuto de silêncio. Transcrevem-se a seguir os votos, pela ordem acima mencionada. **VOTO DE PESAR:**

“Os Grupos Municipais do PSD, PS, CDS e Independente na Assembleia Municipal de Amarante, apresentam um sentido VOTO DE PESAR, pelo falecimento do ilustre e reputado cidadão amarantino, José Jorge de Magalhães Mendes, de 55 anos de idade, falecido no passado dia 2 de Dezembro, em Mancelos donde era natural.

Jorge José de Magalhães Mendes nasceu na freguesia de Mancelos, Amarante.

Completo duas licenciaturas (em Matemática e em Engenharia Civil) e dois mestrados (Mestrado Integrado em engenharia Civil e o Mestrado em sistemas e Automação).

Doutorou-se em Engenharia Mecânica.

Foi docente e investigador da Universidade do Porto.

A sua carreira, como Professor Universitário, teve início em 1998 como docente do ISEP, onde foi Professor Coordenador a partir de 2010.

Foi Professor Convidado da UTAD (2004/05 e 2006/07) e Investigador da FEUP de 1999 a 2005.

Publicou regularmente em revistas científicas, nacionais e internacionais assim como participou em diversas conferências internacionais.

Entre 2003 e 2005 foi assessor da Fundação Porto Social, da Câmara Municipal do Porto, onde desenvolveu destacado e importante trabalho na área da habitação social e da requalificação urbana.

Em concomitância com o exercício profissional, desenvolveu intensa atividade pública na sociedade amarantina assumindo, em 2001, o lugar de Membro da Assembleia Municipal de Amarante e, a partir de 2009 até 2013, o cargo de Vereador sem pelouro na Câmara Municipal de Amarante.

Em 2013 foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Amarante e assumiu as funções de Vice-presidente entre Outubro de 2013 até Maio de 2017.

Dedicou-se à causa pública Amarantina de forma intensa e incansável e lutou por projetos que promovessem e desenvolvessem Amarante.

Destacam-se o Eixo Viário Central de Vila Meã, o Plano de Mobilidade de Amarante, as áreas de Reabilitação Urbana e a revisão do PDM

Pela qualidade da sua intervenção cívica e política em Amarante, os partidos com assento nesta Assembleia Municipal desejam perpetuar a sua memória demonstrando enaltecimento e reconhecimento público e prestar-lhe, com este voto de pesar, uma singela, mas sentida e justa, homenagem.

As nossas condolências à família”.

### **VOTO DE PESAR**

“Ramiro Vieira Pinto, natural da freguesia de Fridão, faleceu no passado dia 10 de novembro na cidade do Porto.

Ramiro Vieira viveu a sua vida de modo pleno, emprestando o melhor de si quer no concelho de Amarante, quer ao Amarante Futebol Clube, de que foi Presidente, e que para sempre ficará ligado a dos momentos de maior glória.

Ramiro Vieira Pinto foi Presidente da Direção desde a época de 19 de 1975/76 até 1981. Durante o seu mandato o clube atingiu resultados até então inatingíveis:

Na época de 1976/77 sobe à terceira divisão nacional;

Em 1978/79 sobe à segunda divisão nacional, onde, pela única vez no seu historial permanece três épocas consecutivas, atingindo assim o ponto mais alto da história do Amarante Futebol Clube.

Homem profundamente apaixonado pelo Amarante e por Amarante, Ramiro Vieira era uma figura incontornável. Além de um invulgar capacidade de trabalho e dedicação às causas em que acreditava, Ramiro Vieira era um homem de afetos, leal, de onde transbordava um enorme gosto pela vida, a par de um fortíssimo sentido de proximidade que exerceu com particular mestria, vivendo uma vida plena, a vida que quis, uma vida onde nunca abdicou de se guir corajosamente pela regra do seu próprio pensamento.

A Assembleia Municipal compartilha a profunda dor e o acentuado sentido de perda que o desaparecimento do senhor Ramiro Vieira provocou na sua família e amigos e endereça-lhes as mais profundas condolências”.

### **VOTO DE PESAR**

“Faleceu recentemente **António Jorge Pereira da Silva**, natural de Amarante.

Sempre manifestou através da palavra e da participação cívica, social e política um permanente interesse ativo e apaixonado pela sua terra, Amarante.

Ao longo da sua vida dedicou-se com paixão e entusiasmo a causas sociais e políticas, mesmo não merecendo consensos, que também não procurou.

Por todos era reconhecido com adepto de lutas democráticas que genuinamente defendia.

Foi ainda empreendedor e criador de várias áreas de negócio, e que também por esta forma serviu Amarante.

Em vida esteve ligado a várias associações culturais e desportivas, mostrando uma personalidade versátil e disponível à causa pública e à vida em comunidade.

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em 28 de Dezembro de 2018, manifesta o seu pesar através deste voto e com um minuto de silêncio em sua memória”.

Passou-se de seguida à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de vinte e nove de setembro do ano de dois mil e dezoito.

Relativamente a esta ata solicitaram correções a senhora Deputada Sara Maia, e o senhor Deputado José Joaquim Magalhães Teixeira. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não a votaram por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: Olívia Carvalho e Abílio Neves, Fernando Moura e Silva, Maria do Rosário Loureiro, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho e Fernando Silveira, substituto da senhora Presidente da Junta de Fregim.

Relativamente à ata em apreço, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**SARA MAIA – PS**

A senhora deputada solicitou que na página seis, parágrafos quinto e sexto, fosse transcrita na íntegra a resposta que o senhor Presidente da Câmara deu às questões que em tempo lhe colocou. Assim a redação passa a ser a seguinte: “E já agora senhora Dra., eu acho que todos aqui ficamos estupefactos. A senhora descobriu algo que ninguém descobriu até agora. Eu digo-lhe uma coisa, eu vou contratá-la para minha assessora, porque realmente a senhora tem uma capacidade de visão que ninguém tem. Então a senhora viu infiltrações na G.N.R? Isso é uma coisa fantástica, é que nunca ninguém me falou de semelhante coisa, e, portanto, eu fico-lhe eternamente grato, porque eu vou já disparar para todo o lado a pedir, antes que a empresa possa falir, para corrigir essas desconformidades que há.

Senhora Dra., eu não sei onde é que a senhora ouve as coisas ou se sonha com as coisas. Eu acho que a senhora enquanto deputada, até porque está inserida numa bancada e também tem o dever de ter algum cuidado com o que profere aqui neste púlpito, tem que ter mais algum cuidado. É uma sugestão que eu lhe dou, não porque a mim me incomode, até porque enfim, dá para eu me rir um bocado e seguramente depois desta assembleia podermos contar estas peripécias, recordando e rindo um bocado com estas afirmações que a senhora aqui faz. Mas eu acho sinceramente, que deveria ter algum cuidado nessa matéria porque aquilo que a senhora disse não é verdade, e portanto também é grave. E a senhora, julgo que tem mais conhecimentos do que eu daquilo que é a lei e também é grave, enfim, dizer aquilo que não corresponde à verdade”.

Solicitou ainda que na página dez seja substituído o texto que lá se encontra pelo seguinte: “Queria registar a linguagem pouco cordial do Senhor Presidente de Câmara, que lida mal com a crítica e na falta de argumentos parece-lhe mais fácil ofender os membros desta Assembleia. A seu tempo veremos a outra questão da G.N.R esclarecida.”

**CARLOS CARVALHO - PSD**

No uso da palavra disse que “quero pôr um ponto de ordem à Mesa para dizer que as atas são uma descrição do que se passou nas reuniões, não são uma transcrição. Eu recuso-me a votar uma ata em que alguém vem aqui fazer um pedido para inserir na ata uma transcrição daquilo que outra pessoa disse. A ata se é para ser uma transcrição, então terá de ser uma transcrição de todas as intervenções, inclusive da própria e dos demais membros da Assembleia Municipal, mas isso não é uma definição de ata. Se é para ser uma transcrição, tem de ser uma transcrição para toda a gente. Portanto, eu, Carlos Carvalho recuso-me a votar uma ata composta de transcrições na íntegra, ainda mais se só se tratar de uma única transcrição e não todas, e inclusive dos próprios membros da Assembleia Municipal e nomeadamente dos da bancada do Partido Socialista”.

**SARA MAIA – PS**

No uso da palavra disse que “pedi a transcrição da minha intervenção e pretendo que a ata apenas reproduza fielmente aquilo que me foi respondido para que a ata não tenha omissões e imprecisões. Isto é um mínimo de exigência e as coisas devem ficar escritas tal e qual foram ditas, para que em próximas Assembleias eu não volte a ser chamada de mentirosa como aconteceu no passado pelo facto de ter havido omissões na ata. Aconteceu isso em julho, onde já não foi possível retificar. Para evitar isso, exijo que pelo menos as respostas que são dadas à minha pessoa fiquem a constar em ata”.

Perante esta intervenção, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse-lhe que esta tentativa de correção da ata foi porque foi ouvir a gravação da reunião, ao que esta respondeu que lhe foi cedida pelo colaborador da Mesa. Mais, a senhor está a querer por na ata aquilo que outra pessoas disse e não com nada que a senhora tenha dito. Para mim só é aceitável se a senhor me disser que foi ouvir a gravação da ata. A pessoa em causa, poderia dizer que a sua transcrição também não está correta em relação àquilo que ouviu. Isto, para mim é uma ata que se pode aprovar com alguma ressalva, porque se eventualmente a pessoa que for ler a ata e não estiver de acordo com aquilo que a senhor quer ver transcrito, pode voltar à primeira forma. Certo? Tem esse direito não tem?

#### **JOSÉ LUIS GASPARGES JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse “que quero apresentar uma sugestão, para que se saia deste impasse que era aprovar condicionalmente a ata, de modo a poder-se ouvir a gravação, onde estivesse presente a senhora deputada Sara Maia, o senhor Cerqueira e um outro elemento, para que em conjunto fosse redigida uma transcrição fiel daquilo que foi dito. Se aceitarem muito bem. Se assim não for eu não vou permitir que alterem rigorosamente nada”.

#### **JOAQUIM TEIXEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que concordava com o senhor deputado Carlos Carvalho, porque se todos nós formos ouvir as gravações e colocarmos tudo aquilo que aqui é dito integralmente, iria ser “bonito”. As correções devem ser feitas, mas quem quiser uma transcrição integral daquilo que disse para a ata, deverá trazê-la por escrito para que fique apenas à ata.

#### **CARLOS CARVALHO - PSD**

No uso da palavra disse que “fiquei baralhado com a conversa que aqui aconteceu e por isso gostava de ser esclarecido. Eu quando pretendo ter a gravação áudio da Assembleia requiro-a a quem? Ao Presidente da Assembleia Municipal? É importante que isto fique estipulado porque o que acabou por ser dito é que foi entregue uma gravação sem o conhecimento do senhor Presidente, o que impacta também numa outra questão que o facto da Assembleia Municipal ter um correio electrónico para onde devem ser enviados os pedidos de substituição, mas pelos vistos isso não está a acontecer. Eu tenho todo o respeito pelo senhor Cerqueira que nos acompanha há imensos anos, mas há formalismos que devemos cumprir naquilo que é a Assembleia Municipal. Se queremos ser exigentes também devemos ser exigentes connosco próprios e fazer o pedido ao Presidente da Assembleia Municipal”.

#### **SARA MAIA – PS**

No uso da palavra disse que o princípio da boa-fé se aplica aqui. Há de facto quem peça retificações às atas, nomeadamente os senhores Vereadores que pedem que se façam correções a intervenções do senhor Presidente de Câmara e aí, nunca vi que fosse levantada qualquer questão por isso. Eu apenas peço que seja transcrita uma intervenção do senhor Presidente que é a resposta a uma intervenção sua. Não são retificações de palavras, mas sim tudo o que ele disse, porque é importante que fique em ata. Agora, vir aqui o senhor deputado Carlos Carvalho dizer que eu tenho de vir aqui pedir primeiro ao senhor Presidente da Assembleia e só depois dele decidir é que eu poderia retificar a ata. Então que fique aqui bem claro que findas todas as Assembleias eu pretendo que me seja remetido um CD, antes da aprovação. Portanto, pelo menos as respostas às minhas intervenções, onde eu entenda que fui ofendida, devem constar na ata”.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA** que lhe disse que há pelo menos uma coisa que democraticamente ela

não pode ultrapassar e se tivesse lido o Regimento, já tinha percebido que ali está escrito que “de cada reunião ou sessão é lavrada uma ata que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado”. Portanto, é um resumo e não tudo aquilo que aqui se diz. Sendo assim, a senhora quando falar de alguma coisa e quiser exigir algo da mesa da Assembleia tem de ler o Regimento e fundamentar-se nele. Não se fundamentou, logo, como é evidente não tem direito a nenhum CD. Chegar aqui com exigências que são antirregimentais não parece nada correto. A senhora foi ouvir a ata, com ou sem legitimidade que pode ser discutida até amanhã de manhã, trouxe aqui a sua audição e depois disso a sua transcrição que toda agente poderá por em dúvida. Para ultrapassar isto, proponho que esta ata seja aprovada condicionalmente para se aferir se esta transcrição está ou não correta. Se não estiver não poderá vir a constar da ata. A partir de agora qualquer deputado que queira ouvir a gravação da Assembleia tem de me pedir a mim. Ponto final.

#### **VITOR BRIGA REI – PSD**

No uso da palavra disse que se aprovarmos a ata condicionada estamos a cometer uma ilegalidade. Estaremos também a abrir um precedente, porque daqui para a frente todos os deputados municipais que quiserem que as suas intervenções sejam integralmente passadas para a ata, tem o direito de o fazer, como o que está agora a fazer a senhora deputada Sara Maia. A ata deve ser um resumo do essencial do que aqui se passou. A ata que está aqui a ser discutida reflete o essencial daquilo que aqui se passou.

#### **FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra, o senhor deputado disse que “a ata não é de um ou outro deputado. A ata é um documento público e é de todos aqueles que vão votar. Não pode ficar limitada a uma transcrição da intervenção de uma ou outra pessoa. Isto parece claro. Agora, é sempre possível alterar-se procedimentos, mas parece-me que não faz sentido que se transcreva *ipsis verbis* tudo o que se disse porque se está a por em causa e criar alguma desconfiança sobre todos os outros deputados que estariam disponíveis para votar a ata sem o critério de poderem ouvir a gravação. O que eu admitia, como forma de ultrapassar este imbróglio, é que a ata não seja alterada nas afirmações, ali constantes, mas que esta correção ficasse apenas a esta ata. Penso que não se devem alterar os procedimentos que tem sido habituais de passar a transcrever o que um disse ou outro deixou de dizer, desde que se avalie o facto de não ter havido subversão ao que cada um disse. Parece-me que aqui não é o caso.

#### **AMÉRICO PAULO S. RIBEIRO - PS**

No uso da palavra disse que não estava a perceber de que é que os senhores deputados do PSD têm medo porque afinal de contas a senhora deputada Sara Maia apenas quer ver transcritas na ata aquilo que efetivamente lhe foi respondido pelo senhor Presidente, porque o que está escrito não transmite realmente aquilo que foi a intenção. Têm medo da verdade? Já agora senhor Presidente, o facto de ter sido disponibilizada a gravação, isso só mostra que a Assembleia é transparente. Facilitar a gravação não faz mal a ninguém, porque afinal de contas não prejudica ninguém porque é a verdade que está lá.

#### **JOSE JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse que faltou a essa reunião. É um facto que não é dado como presente, mas também é verdade que não é dado como ausente. Para que fique claro é conveniente que fique dito que faltou, que justificou a falta e que pediu a substituição.

#### **AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que a Coligação Afirmar Amarante não tem medo nenhum à democracia nem nunca teve.

A pretensão da Dra. Sara Maia não tem qualquer fundamento, uma vez que se as declarações que o senhor Presidente disse na integra forem redigidas nessa ata, terão de ser todas redigidas na integra. A Dra., Sara Maia é advogada e sabe perfeitamente que quando pretendemos fazer uma motivação de recurso que é aí que a Dra. Sara provavelmente quer chegar, temos de fazer uma transcrição integral do julgamento. É preciso transcrever o que disse o juiz, e todas as testemunhas, ponto e virgula. Por consequência, se quiser uma transcrição desta ata, deve pegar no CD e deve fazer uma transcrição integral da Assembleia Municipal. Só assim é que eu admito aprovar uma ata com uma transcrição integral e não coma transcrição parcial.

#### **SARA MAIA – PS**

No uso da palavra dirigiu-se à oradora anterior a quem disse que se ela não admite aprovar uma ata que não seja transcrita integralmente, também não pode admitir ter de aprovar uma ata que é falsa porque não reproduz aquilo que foi dito pelo senhor Presidente.

#### **JOSÉ LUIS GASPARGORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse que “embora nada tenha a ver com a ata, sou efetivamente parte interessada porque fui aqui citado e é a minha citação que querem alterar. Eu não tenho problemas nenhuns em que os dois parágrafos que aqui foram citados sejam alterados, atendendo a que a senhora deputado entende que houve da minha parte algum excesso e quer que esse excesso possa ser transcrito *ipsis verbis* e portanto, senhor Presidente da Assembleia, da minha parte aceito a alteração, porque entendo que não fui abusivo na intervenção que fiz relativamente àquilo que a senhora deputada disse. Altere-se então conforme o solicitado e passemos em frente até para não haver aqui nenhum precedente de maior e por isso sou eu que solicito essa alteração. Já agora também aproveito para solicitar que na página 12, a meio do texto se altere a palavra – concessão – para conceção, para que o sentido da frase fique correto”.

#### **CARLOS CARVALHO - PSD**

Usou de novo a palavra para dizer que para votar a ata “gostava de ter a certeza que a transcrição está exata, isto é; preciso de saber se o senhor Presidente de Câmara permite que a alteração seja feita com a correção que agora é apresentada? Se assim for, voto favoravelmente.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 1, abstenções: 1, votos a favor: 49.** Foi também aprovada em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Relativamente à ata, a senhora deputada **HELENA PORTELA** justificou o seu voto contra dizendo o seguinte: “O meu voto contra é apenas de protesto. Eu recuso-me a estar numa instituição plenamente democrática onde pode estar subvertido o sentido de uma ata que apenas deve registar o que de essencial se passa na reunião – é assim que se ensina nas escolas – e esta ata eu li. Eu reli o parágrafo depois da contestação e de facto, está lá o essencial. O que não está, é a ironia que, como qualquer recurso estilístico que se pode usar, o senhor Presidente da Câmara usou para responder à senhora deputada.

De facto ela estava enganada. De facto não havia qualquer infiltração no Quartel da GNR.

Por acaso, eram tudo rumores, era tudo falsidade.

E essa ironia, por alguma razão que eu desconheço, mas que se calhar a Dra. Amélia conseguiu ver, é o que a Dra. Sara Maia quer que se registre. Não é o essencial

da resposta, porque o essencial da resposta está vertido na ata. Por isso, eu voto contra e votarei sempre contra este tipo de brincadeiras, que eu acho que são um insulto a esta casa e à democracia”.

Passou-se de seguida para o **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara “qual o ponto de situação relativamente ao conflito jurídico existente entre o município de Amarante e o ICNF no que concerne ao Parque Florestal? Quais as razões que levaram o município de Amarante a não realizar a terceira edição do Congresso Histórico de Amarante?

Qual a taxa de execução do município de Amarante relativamente aos projetos apoiados pelos fundos comunitários? Já existe o visto favorável do Tribunal de Contas relativamente à aquisição dos terrenos das antigas oficinas Matias Magalhães? Relativamente à linha do Tâmega, qual a intervenção que a Câmara pretende fazer no canal da Linha do Tâmega? Qual o motivo do atraso da publicação das atas da Câmara na página do município, porque as últimas publicadas são do mês de outubro, porque para quem faz debate político, sem acessos às atas fica prejudicado. Eu como não gosto de fazer debate por palpite, pergunto-lhe o porquê este atraso?

#### **MANUEL PINHEIRO – PS**

No uso da palavra disse que “em meados do corrente ano terminou a empreitada da rede de gás e em concreto na Rua 5 de Outubro. Para estes trabalhos foram levantados vários blocos de pedra que existem ali no local e verifica-se hoje que esses blocos de pedra, que deviam ter sido repostos, foram substituídos por pedaços de massa fraca de cimento. Seis meses depois ainda lá continuam esses remendos de massa que ficam muito mal. O empreiteiro vai recolocar o pavimento original naquela zona nobre?

Quero lembrar mais uma vez para a necessidade do arranjo da rede viária, nomeadamente no que concerne à via que vem da Rotunda de Geraldês até à Rotunda da Vinha, bem como a que vem da Rotunda da Ponte de Pego até ao lugar de Pinheiro, que tem um piso em muito mau estado, já para não falar em mais alguns arruamentos nas freguesias. Com uma rede viária muito extensa, vai ser preciso pensar num plano global para reparar toda a rede viária.

Quero também fazer novamente um alerta para a necessidade de reparação de um bocado de passeio na Avenida 1º de Maio, cerca de oitenta metros, junto a um edifício que ali se encontra em construção, que em dias de chuva se torna quase intransitável.

Quero ainda dizer que este recente arranjo dos jardins era necessário, mas parece-me que se há excesso de casca de pinheiro, mas o que mais me chocou foi o abate de algumas árvores que pareciam não estar assim tão más que precisassem de ser abatidas e que foram substituídas por outras que só cumprirão a função destas daqui a muitos anos. Quero desejar a todos boas festas”.

#### **ÂNGELO MAGALHÃES – PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI**

O senhor Presidente da Junta usou da palavra para agradecer ao senhor Presidente da Câmara e a toda a Câmara pelo bom trabalho que foi realizado na sua freguesia, nomeadamente a pavimentação da via 577, que liga a 101 à nacional 15, prometida há mais de vinte anos. O senhor prometeu o seu arranjo em 2013, e finalmente está a obra concluída. Há uma outra via, a 533, que vai da 101 até Carneiro que estava muito degradada e que na altura foi uma obra pedida como prioritária e que foi também tida em conta, encontrando-se hoje pronta. Uma outra obra que foi uma



surpresa, foi a via 531, que liga a 101 a Carvalho de Rei, via essa onde as Águas do Norte fizeram recentemente trabalhos e que em colaboração com a Câmara foi efetuada a pavimentação em toda a sua extensão, com a colocação de uma boa camada de pavimento. “Os meus parabéns à Câmara e também à empresa porque fizeram uma obra excelente. Por tudo isto, muito obrigado”.

### **CARLOS ALBERTO FREITAS MIRANDA – PSD**

Neste período da Assembleia Municipal, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Venho saudar a Câmara Municipal de Amarante pela adesão do município ao protocolo “Saúde Oral para todos” que ocorreu no passado dia 17 de Dezembro.

No contexto deste protocolo, o Município de Amarante assume todos os encargos financeiros com os equipamentos necessários para a criação de um consultório dentário no Centro de Saúde de Amarante, num investimento que irá rondar os 50 mil euros.

A este respeito, cumpre salientar que o serviço em apreço irá disponibilizar aos amarantinos, nomeadamente aos mais carenciados, o acesso a cuidados de saúde oral.

Este investimento assume particular importância se tivermos em linha de atenção que o Serviço Nacional de Saúde não consegue satisfazer as necessidades das populações mais carenciadas nesta matéria.

Senhoras e Senhores Deputados, com certeza que todos estarão recordados que na última Assembleia Municipal, tivemos um debate acesso precisamente sobre esta temática, nomeadamente, com a posição do Partido Socialista sobre a necessidade de adesão do Município de Amarante a este protocolo.

Ora, perante as afirmações que todos ouvimos na referida Assembleia, considero que é nosso dever ético e político sermos coerentes e, isso significa, dizer aqui e agora, que esta adesão é uma decisão correcta e acertada da Câmara Municipal.

Neste sentido, ficou comprovado que o Município de Amarante não aderiu mais cedo a este protocolo, por opção única e exclusiva do governo do Partido Socialista! Quando teve oportunidade, o Município de Amarante aderiu e bem!

Ademais, quero aqui com frontalidade afirmar que é importante utilizarmos este fórum político para elogiarmos aquilo que se faz bem na nossa terra, e não só numa perspectiva derrotista, de crítica pura e dura relativamente aos erros ou falhas que também possam existir.

Independentemente do partido a que pertencemos, da ideologia que perfilhamos, devemos ter a verticalidade e a clareza de assumir quando discordamos, mas também quando concordarmos com determinada política.

Devemos ter a coragem de colocar os interesses de Amarante acima do interesse político eleitoral da conjuntura. Pugnando sempre pelos interesses dos amarantinos e sendo intransigentes com a defesa da nossa terra.

E, isto, Senhoras e Senhores deputados, não pode ser apenas discurso político, temos que ser inflexíveis nesta prática.

É assim que vamos trazer as pessoas mais qualificadas para a política! Com credibilidade e seriedade na vida pública.

E, portanto, modestamente dou o meu contributo nesta matéria, reconhecendo que após ter conhecimento deste protocolo e depois de analisar convenientemente, o Senhor Presidente de Câmara diligenciou pela adesão do Município, sem necessidade de ter projecção ou alarde mediático.

Tendo apenas como guia, o superior interesse do povo amarantino.

Senhoras e Senhores Deputados, os amarantinos não escolheram uma câmara municipal de resignação, escolheram uma câmara de ação!

E, em coerência, este executivo capitaneado pelo Sr. Presidente da Câmara, agiu!

É assim que se governa!

Saibamos pois continuar a agir e a lutar para afirmar a nossa terra e para servir o nosso povo!"

### **ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse que iria dar a conhecer aos presentes algumas das coisas boas que aconteceram em Ansiães, executadas em parceria com a Câmara e também com os Baldios de Ansiães. Foi certificado e homologado o primeiro percurso pedestre da Serra do Marão. Era uma lacuna grande que o Marão tinha. O coração da Serra do Marão, quer queiram quer não queiram é Ansiães, não tinha um percurso pedestre. Hoje já existe uma pequena rota de cerca de 15 quilómetros. Recomendo-o vivamente para quem gosta de fazer caminhadas na serra.

Destacou ainda que ao abrigo do Fundo Ambiental, a Junta de Freguesia em parceria com a Câmara Municipal fez uma candidatura ao programa Economia Circular nas Freguesias. Dessa candidatura resultou a aprovação de dois projetos que são uma linha de produção de pellets produzida a partir de lenhas e outros sobrantes da serra, que vai arrancar a breve prazo, prevendo-se que em final de janeiro possa já produzir pellets que serão cedidos a metade do preço de mercado.

O outro projeto é uma Oficina Comunitária que visa prolongar a vida útil dos utensílios campestres.

### **JOAQUIM TEIXEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que o fazia porque também queria mostrar a sua satisfação pela conclusão da obra na nacional 312 em Fridão, obra esperada há mais de vinte anos. Depois que esta Câmara ganhou as eleições o maior problema foi a tentativa de se encontrar o projeto de saneamento que se dizia haver. Como não se encontrou, a obra foi contemplada com ele e para que funcione já está a ser continuado do cruzamento de Fridão para baixo.

Como não havia neste momento mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi então dada ao senhor Presidente da Câmara para que el esclarecesse as questões que lhe foram colocadas.

### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, começou por responder ao senhor deputado José Joaquim a quem disse que: “relativamente ao assunto do Parque Florestal, a Câmara Municipal de Amarante intentou uma ação contra o ICNF. Entretanto o ICNF já chegou á fala com a Câmara no sentido de tentar encontrar uma solução de cedência daquele espaço para o município de Amarante. Há um protocolo que foi já foi analisado e ao qual vou ser sugeridas algumas alterações que tem a ver essencialmente com a componente jurídica. Acredito que no primeiro trimestre de 2019 podemos vir a ter boas notícias relativamente ao Parque Florestal. É essa a minha vontade e no seguimento disso também quero propor a cedência de outros equipamentos que também são da tutela do ICNF e que tem a ver com a questão do Marão, onde se incluem as casas florestais, às quais será dada utilização porque hoje não têm nenhuma.

Relativamente à taxa de execução dos programas comunitários, no município de Amarante é muito baixa. Já agora aproveito para dizer que o município de Amarante já apresentou trinta candidaturas no montante de vinte e cinco milhões de euros, sendo que neste momento estão aprovadas vinte e uma candidaturas no montante de dezassete milhões de euros. As dezassete candidaturas já deviam estar em execução. As últimas duas semanas foram bastantes férteis para o município por muito daquilo que é fruto dos obstáculos que foram sendo ultrapassados. Estávamos num tempo em que era importante terminar as candidaturas em duas áreas para ultimar o resto dos

projetos, nomeadamente no que diz respeito ao PARU e ao PAMUS. Acredito que em meados de janeiro, grande parte das obras vão entrar em execução e o ano 2019 será um bom ano em termos de obras. Mais à frente darei a conhecer, através de uma apresentação powerpoint muitas delas.

Relativamente ao visto do Tribunal de Contas, foi ontem rececionado para a aquisição dos terrenos da fabrica do Matias. Portanto, a partir de agora estamos em condições de darmos cumprimentos à deliberação que foi aqui tomada numa anterior reunião.

Relativamente à linha do Tâmega, quero referir que a linha continua a estar sinalizada no sentido de haver vontade que ela seja convertida num espaço como outrora, para comboio, mas enquanto isso não acontece e foi entretanto recebida uma proposta de protocolo vindo do IP para a cedência do espaço. Foi feita uma reunião juntamente com o Marco de Canavezes, uma vez que parte da linha está no território Marcuense e a ideia é converter o espaço canal a um espaço dedicado a transporte, um transporte amigo do ambiente e que possa suprir a falta do que havia. Já temos um estudo feito e a avaliação das duas obras de arte que lá existem e que nos dão algum conforto para podermos avançar para a requalificação por um preço mais baixo, porque se tivéssemos de fazer as duas pontes, a obra seria incomportável. Assim, podemos reabilitar a linha por um preço acessível. A estimativa orçamental anda à volta dos três milhões e meio de euros.

Relativamente às atas, tem razão e neste momento há duas atas em falta.

Relativamente ao Congresso Histórico, fiquei a saber que o deveríamos ter feito. Deixe-me dizer-lhe que não sabia que havia a obrigatoriedade de o fazer de dez em dez anos e nem os serviços me colocaram essa questão. Se assim é, há uma falha da Câmara e vou tentar apurar o que se passou.

Relativamente à intervenção do senhor Manuel Pinheiro, e à questão do das obras da rede de gás, é verdade que foi lá colocado material provisório. Na tentativa de colocar ali novas pedras, e já por mais de que uma vez, a empresa tentou fazê-lo mas os serviços recusaram as pedras que ali queriam colocar, atendendo que havia algumas diferenças. É verdade que o que lá está não dignifica o espaço.

Relativamente à rede viária tem toda a razão. Temos efetivamente muitos quilómetros de rede viária e este ano não foi fértil no seu arranjo e melhoria. Em 2019 vamos estar atentos, mas provavelmente iremos só atender às necessidades mais prementes. Vai ser necessário, num curto espaço de refletir uma intervenção mais profunda e até rever a política dos serviços por forma a termos capacidade de uma maior intervenção. São mil quilómetros de estrada e não temos capacidade para acudir a uma cada vez maior exigência por parte das populações e que efetivamente tem de haver. Havemos de definir um plano que nos permita ter uma maior capacidade de intervenção.

Relativamente à questão dos jardins, vou dar a palavra à senhora Vereadora Lucinda Fonseca, uma vez que é ela quem tem o pelouro.

Agradeço as palavras do senhor Ângelo, pelo facto de ter citado algumas das intervenções que foram feitas nas suas freguesias. Algumas destas foram executados em parceria com as Águas do Norte o que também ajudou a dar resposta.

Agradeço também a intervenção do senhor deputado Carlos Miranda.

Agradeço ainda as palavras do senhor Presidente da Junta de Ansiães, que referiu projetos muitos interessantes para a sua freguesia e muito estruturantes para o nosso concelho. É um bom exemplo a seguir. É um bom exemplo da forma como se pode alavancar o território, criar emprego, gerar dinâmica através da economia circular, aproveitando os recursos existentes no local. Está de parabéns com a sua ação. Que espero possa contagiar outras freguesias.

Agradeço ainda as palavras do senhor Joaquim Teixeira.

Usou de seguida a palavra a senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA**, que “esta intervenção numa área de 10,500 metros quadrados, foi fruto de um estudo

detalhado, inserido no relatório enviado à Assembleia Municipal. Mesmo assim quero dizer-lhes, porque compreendo a preocupação, o que se passou com as árvores que foram abatidas. Fizemos uma intervenção numa área de dez mil e quinhentos metros quadrados com uma candidatura ao Fundo Ambiental, de cerca de cento e quarente e nove mil euros, com consulta prévia a três entidades com o objetivo específico de reduzir a despesa com o consumo de água em cerca de 60% no prazo de dois anos, e as despesas com a manutenção dos espaços. Dos dezoito espaços intervencionados, dezasseis foram-no em áreas verdes de enquadramento ou de consolidação de áreas e portanto não são áreas de usufruto para os munícipes. Foram também intervencionadas as duas rotundas da Avenida 1º de Maio por ser uma área de entrada na cidade.

Neste projeto candidatado ao Fundo Ambiental, o que se pretendeu fazer foi substituir as espécies existentes por espécies autóctones que tivessem uma melhor adaptação ao terreno e às alterações climáticas, uma vez que o projeto foi tratado no âmbito das alterações climáticas. Foi também substituído o sistema de rega por aspersão pelo sistema de rega gota a gota para reduzir os consumos.

As vinte e nove árvores abatidas, tiveram em conta um estudo técnico de avaliação. Foi entregue um relatório pormenorizado aos senhores Vereadores, bem como o relatório da avaliação individual de cada uma das árvores que foi abatida. De forma muito sumária, os critérios para o seu abate foram: ramos com deficiência de ligação estrutural à árvore – rebentação epicónica da árvore, limitação ao normal desenvolvimento da parte aérea e/ou radicular da árvore, ramos partidos ou que sofreram espaçamentos, ramos mortos, podridões ou necrose e competição intraespecífica. Portanto, as vinte e nove árvores abatidas estavam enquadradas em alguns destes problemas técnicos. Foram ainda plantadas duzentas e oitenta e uma árvores no concelho e foram plantadas dez mil e quinhentas espécies vegetativas. O saldo é francamente positivo”.

#### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que “também não sabe se há ou não a obrigatoriedade de fazer o Congresso Histórico de dez em dez anos. Agora parece-me importante que se o congresso tiver sequencia pode ser de extrema importância para a marca Amarante e nesse sentido não compreendi que não se realizasse quando tantas vezes o senhor Presidente defende aqui a marca Amarante, que é um concelho rico em história e por isso tinha de chamar a atenção desse facto à Câmara.

Fico contente por saber que a questão do Parque Florestal esteja em vias de ser resolvida mas é necessário chegar a um bom acordo para o Parque Florestal que é um espaço que diz muitos aos amarantinos.

Na questão da Linha do Tâmega fiquei surpreendido com o senhor Presidente. Em 2012 o PS e o Dr. Armindo Abreu defendiam a mesma coisa que o senhor hoje defende. Como sabe eu nunca estive de acordo com esta ideia e como sabe estava mias próximo da sua. Quando o plano da ferrovia está a avançar, embora aos soluços e numa em que os municípios do Vale do Sousa reivindicam uma via de trinta e seis quilómetros para esta zona do país, parece-me lógico que a Câmara partisse para esse caminho. Mas não. Parece que baixou armas e julgo que politicamente o timing é errado. Não sou fundamentalista. no entanto, acho que é melhor resolver esta questão de uma forma prática e o Município voltar à versão inicial da linha férrea do Tâmega. Agora, senhor Presidente, o timing político de partir para este projeto nesta altura não é de todo o melhor”.

#### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse que “ a linha do Tâmega não é uma questão partidária, mas um problema que existe no território e que temo de resolver. Esta linha está conjuntamente com a linha do Sousa identificada naquilo que são as prioridades de

investimento no território e estão as duas inscritas. Naquilo que foi a discussão da Linha do Sousa, o senhor Secretário de Estado deu nota de que a obra, embora possa vir a ser feita, pode não o ser na próxima década. Foi muito claro. Vamos ser claros relativamente a esta matéria. Eu acredito que no futuro iremos ter de novo a Linha do Tâmega a funcionar, mas não acredito que isso venha a acontecer na próxima década. Nos próximos quinze ou vinte anos acredito que sim. Qual é a vantagem de mantermos esta linha operacional é que vamos mantendo público, vamos mantendo um tráfego criando assim a necessidade de uma intervenção na linha para a poder explorar de outra forma, porque a ferrovia há-de ser uma realidade. Na linha do Tâmega, havendo a possibilidade de fazer esta intervenção criamos ali público atendendo ainda que a meio da linha temos um equipamento frequentado em três meses por cento e cinquenta mil pessoas, que com o investimento que lá vai ser feito vai ter mais de duzentas e cinquenta mil pessoas, vai potenciar o investimento na linha num prazo talvez mais curto”.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse que “importa referir que recentemente na conferência intitulada de – A Mobilidade como Fator de Coesão Territorial – o senhor Secretário das Infraestruturas do atual governo que a Linha de comboio do Vale do Sousa fará parte do programa nacional da ferrovia para 2030 na categoria estudos. Isto significa que não há qualquer dúvida de que a iniciativa - e é uma opção política - de nós requalificarmos a linha do Tâmega ainda que seja por agora, com um meio de transporte que não seja a ferrovia é algo de que nos devemos orgulhar e que poderá ser muito positivo para o território. Além do mais, acredito que isso também será salvaguardado pode fazer com que mais tarde seja mais fácil fazer cá chegar o comboio. Nós estamos a dar o primeiro passo para eventualmente virmos a ter cá o comboio. Se o Vale do Sousa está lutar tanto e isto está na categoria de estudos para 2030, nós precisamos de dar os primeiros passos mais cedo. Amarante não pode continuar a depender apenas e só do transporte público para conseguir chegar ao grande Porto. O facto de termos uma linha que nos leva até à Livração que nos liga depois à linha férrea existente para chegarmos ao Porto de forma mais rápida, sustentável e de forma mais económica para as pessoas, é fundamental nós conseguirmos não só ir, mas também vir para Amarante. Portanto, é um passo certo, é uma decisão política certa, é estarmos a andar no bom caminho”.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA** para citar um reputado cientista que dizia que “três minutos é tempo de mais para dizer algo de novo e cinco minutos é uma eternidade para dizer o que já se sabe”. Por isso peço-lhes que sejam breves e venham dizer algo que não seja repisar aquilo que já anteriormente disseram.

#### **JOSE JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse que “relativamente a esta questão o PSD evoluiu. Em 2012 não tinha esta ideia e criticou a ideia o corredor/bus do Dr. Armindo Abreu. Hoje têm outra ideia, mas de qualquer das formas eu acredito que se houver vontade política e energia no Vale do Sousa para a construção de uma nova linha do Vale do Sousa, jamais será feita a linha do Tâmega. Como estamos todos no campo das suposições, esta é a convicção”.

#### **ANTÓNIO JORGE V. RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

No uso da palavra disse era esta a altura do governo do PS se redimir relativamente à Linha do Tâmega. Se quiserem fazer essa remissão estaremos preparados para ter o caminho-de-ferro mais cedo. A Câmara do Marco também a quer. Temos de evoluir e não podemos continuar à espera daqueles que dizem que dizem que é para continuar o caminho-de-ferro e depois fazer o que nos fizeram.

### **CARLOS ALBERTO MACHADO – PS**

No uso da palavra disse “que trabalha na ferrovia e que nas intervenções anteriores ouviu algumas asneiras. Estamos a falar de coisas diferentes quando falamos da Linha do Tâmega e da Linha do Vale do Sousa. A do Tâmega tem canal. A do Vale do Sousa não tem canal. Na linha do Tâmega não vai haver expropriações. Na linha do Vale do Sousa terão de haver obrigatoriamente expropriações. Na linha do Tâmega estamos a falar num de valor de trinta e oito milhões de euros. Na do Vale do Sousa estamos a falar no valor de trezentos milhões de euros sem expropriações. Em termos de ferrovia, falei recentemente com o senhor Secretário de Estado que me disse que tinha todo o gosto em falar comigo como técnico e como membro da Assembleia porque pode-se fazer qualquer coisa na Linha do Tâmega, Estamos a pensar num valor de trinta e oito milhões de euros, mas este valor será cofinanciado pelas Instâncias Europeias em 85%. Na conferência onde estive presente e onde também estive o senhor Presidente da Câmara, o senhor Professor Álvaro Costa disse uma coisa importante, que aos autarcas custa ouvir que foi o facto dele ter dito que não será o governo central a pagar todo o investimento na ferrovia. Os municípios também têm de colaborar. Dos trinta e oito milhões de euros, 85% serão assegurados por fundos comunitários. Será que o município de Amarante e o do Marco de Canavezes não terão a parte restante para a obra. Também ponho o meu pouco saber à disposição caso a Câmara necessite de assessoria nesta área, porque o farei com todo o gosto, mesmo se necessário for falar com o senhor Secretário de Estado.

Estamos a falar de ferrovia e por consequência em mobilidade. Pergunto: se a área metropolitana do Porto e da Lisboa vão ter um passe no valor anunciado de quarente euros, porque é que nós, que não somos diferentes deles não podemos ter um passe para podermos viajar para o Porto? A mobilidade é neste momento uma questão muito importante. É uma questão a estudar. Eu estou aqui para ajudar. Sou Amarantino e tenho orgulho nisso. Termina a dizer-vos que alinha do Tâmega tem viabilidade. Haja vontade”.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse que está de acordo que o passe social seja alargado a todo o país. Achei muito interessante aquilo que aqui foi dito e gostava que o PS se juntasse a esta luta e que junto do governo tomassem uma posição pública sobre este assunto.

### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse que “a intervenção do senhor deputado Carlos Machado foi interessante, mas é preciso corrigir algumas coisas. Primeiro, não se disseram aqui asneiras. Nem eu nem o senhor deputado José Joaquim. Dissemos aquilo que entendíamos ser a solução para a linha. Segundo, a questão que aqui falou em relação ao engenheiro Álvaro Costa, quero dizer-lhe que há quatro anos contratamo-lo para que ele fizesse um estudo para a linha em Amarante. Aquele estudo que foi apresentado para a zona norte e para a zona do vale do Sousa começou por ser feito aqui em Amarante, constituído por troços de dez quilómetros para tornar sustentável a linha. Portanto, eu não trabalho na ferrovia, mas estudei muito a ferrovia. Sei que ela sustentável, porque nós defendemos que houvesse uma política de rede, nomeadamente um troço de Amarante ao Marco, de Braga a Barcelos, de Aveiro a oliveira de Azeméis, troços pequenos em que o mesmo equipamento pudesse chegar a mais gente.

Os cálculos para a linha do Tâmega foram feitos. Na altura apresentamos um estudo ao senhor Ministro da altura, ao IP, à REFER e à CP. Na altura sabíamos que o investimento seria de trinta e cinco milhões de euros, tenho em conta a correção da linha com a supressão de dois quilómetros. Porque é que parou? Essa é a questão que

deve colocar. Parou porque não havia condições políticas para poder continuar com este trabalho. Não quer dizer que eu não acredito que ela não venha a existir, porque não interessa se é o partido A, B ou C. Esta obra terá de ser uma realidade para o futuro. Acredito que a linha do Tâmega será a primeira a ter viabilidade se nós provarmos aos decisores políticos a sua necessidade. Não sei em que década, mas sei que não será nesta. Numa reunião onde estive também presente a Câmara do Marco e perante a pergunta – para quando? – foi-nos dito que nesta altura isso nem sequer estava equacionado. Por isso é que eu acredito que nós potenciando esta linha como transporte, aproveitando o canal existente e corrigindo-o onde for necessário teremos mais força para que a linha venha a ser uma realidade.

Apreciei a intervenção, só não gostei da palavra disparates, porque não há disparates, porque eu, enquanto autarca a minha primeira prioridade foi pegar na Linha do Vale do Tâmega. Aquilo que o senhor disse, eu já conheço há muito e já falei com todos os intervenientes. Volto a dizer que ela será possível, mas para isso temos de lutar por ela e por isso é que eu disse que isto não é uma opção de esquerda ou de direita, é uma opção política de território onde todos temos de estar unido para dar uma vontade e uma voz ativa na execução deste projeto e tentando que esteja sempre em coma da mesa a necessidade de converter esta linha para linha ferroviária”.

### **CARLOS ALBERTO MACHADO – PS**

No uso da palavra disse que “a serenidade faz parte do meu ADN. Eu nem sequer falei em partidos políticos. Eu corrijo a palavra asneiras e chamo-lhe incongruências técnicas. Fique descansado que eu sou dos primeiros que se não avançar de imediato com o modo ferroviário acho muito bem que utilize o canal para um qualquer modo alternativo. Enquanto estiver nesta casa não alterarei o meu tom de voz, que será sempre o mesmo e peço-lhe desculpa se a palavra asneira o feriu assim tanto”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** que previamente se inscreveu para esse efeito. Assim, o primeiro a usar da palavra foi o senhor **JOSÉ RIBEIRO**, que em representação dos taxistas de Amarante usou da palavra para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que interceda junto das autoridades de modo que a exemplo do que já acontece com os demais transportes prioritários, lhes seja permitido circular na Praça da República – Largo de S. Gonçalo e na Rua 5 de Outubro, para poderem transportar até ao banco, companhias de seguros e casa particulares os clientes que os procuram, porque não lhes sendo permitido, como acontece até agora, tem de os largar em frente à Câmara e muitos deles, principalmente os mais idosos ou com mobilidade reduzida tem muitas dificuldades em chegar aos locais.

Perante esta questão, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu de imediato. Disse ao senhor José Ribeiro, que as questões que ele colocou são pertinentes e que essa questão já está neste momento acautelada na postura de trânsito e em princípio vai para discussão pública no princípio do ano. A situação de poderem passar em S. Gonçalo está acautelada. Vou solicitar aos serviços que convoquem uma reunião com a presença dos vossos representantes para vos dar conhecimento do que efetivamente está lá integrado, porque fazem todo o sentido as vossas pretensões.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTONIO ADELINO**, morador no Bairro Cancela de Abreu, que disse fez a intervenção que seguir se transcreve: Senhor Presidente já tem alguma coisa que nos possa dizer relativamente ao cemitério, ou quer que lhe recorde o assunto?

Em relação à casa onde nasceu Pascoaes, e porque foi trazido a esta assembleia há já algum tempo, pode-nos informar qual o ponto da situação, relativo ao restauro, e que papel tem tido a associação Marânus em todo este processo?

Quanto ao bairro Cancela de Abreu, que o município tem em vista uma obra de requalificação de certa monta, o que nos pode dizer relativamente à mesma, ou seja: início da obra, prazo de execução, se as novas rendas, que tiveram um aumento exponencial, e estamos a falar de habitação social, imagino se o não fosse, a sua entrada em vigor ( se antes, durante ou após as obras) foi abordado naquela reunião que o senhor teve com os inquilinos na casa da Portela; um parêntese em jeito de sugestão, a gente quando nos toca a pagar parece que custa menos quando a coisa está pronta e arranjada ao invés de pagar adiantado por uma coisa que ainda se vai arranjar.

O senhor Presidente disse-lhe que a casa onde nasceu Pascoaes não pertence ao município de Amarante. Pertence a uma associação que e chama Marânus. Se a Marânus assim o entender a casa pode vir a passar para o domínio da Câmara. O edifício está em perigo, está a precisar urgentemente de obras e teve até já uma candidatura para a sua recuperação no âmbito do PARU. Já tivemos uma reunião com os associados, mas até nada foi ainda decidido e sendo assim não podemos fazer qualquer intervenção enquanto esta situação não estiver esclarecida. Se um dia vier a ser, terá uma pronta intervenção, até por isso é uma obrigação da Câmara.

Relativamente ao cemitério quero dizer-lhe que há um regulamento que tutela todo o seu funcionamento. O gabinete jurídico da Câmara está neste momento a ver algumas questões relacionadas com o cemitério e certamente terá em conta algumas daquelas que aqui falou. O regulamento é já muito antigo e já vigora há muitos anos.

Relativamente ao bairro Cancela de Abreu quero dizer-lhe que o projeto já está aprovado, o concurso já foi para o Tribunal de Contas. Serão dois anos de intervenção e a perspetiva é de que obras comecem em março e serão obras no valor de três milhões e meio de euros. Quanto ao assunto das rendas, passo a palavra à senhora Vereadora Lucinda Fonseca porque é uma questão que deverá ser ela a esclarecer.

Usou então da palavra a senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA** que começou por dizer que “estamos a dar cumprimento a um dispositivo legal que nos obriga e bem a termos o mesmo tipo de arrendamento social para todos os munícipes, porque o que tínhamos até esta data eram três tipos de arrendamento. Era a renda apoiada, a renda social e a renda condicionada. O diploma é antigo, quisemos dar-lhe cumprimento e nesse seguimento instruímos todo o processo para que os diferentes tipos de arrendamento fosse de acordo com a lei, ou seja regime de renda apoiada. No Bairro Cancela de Abreu é cumprido o que está na lei e o valor é calculado tendo com base no valor patrimonial que as habitações têm agora, e tendo também em conta que um dos requisitos do senhor Presidente solicitou foi que as rendas fossem atualizadas antes de começarem as obras, porque como sabemos, depois das obras o valor patrimonial será diferente. Portanto, ninguém está a pagar aquilo que não está a usufruir neste momento. Todas as habitações terão contrato de arrendamento legais, coisa que não acontecia até agora, com a devida titularidade. Houve uma série de procedimentos que tiveram de ser feitos em termos legais e foi criada uma norma transitória para responder a alguns constrangimentos legais para quem não tinha neste momento as condições limiares para se manter na habitação social e teve de ser encontrado um enquadramento legal para dar oportunidade a essas pessoas quiserem ali continuar o possam fazer, pagando aquilo que é devido e que não será renda social, mas sim o valor da renda do mercado. Estão nesta situação trinta casos eu já foram a reunião de Câmara, sendo que um deles ainda está a ser avaliado em termos jurídicos. Em resumo: vão ser rendas apoiadas para todos, com contratos legais para o titular da habitação e com uma valor patrimonial daquilo que existe neste momento”.

Usou de seguida a palavra o senhor **LINO COUTO** de Gatão, que no uso da palavra disse que em 1995 foi feito um acordo para viabilizar a construção do assunto versado no ponto número dez da ordem de trabalhos, que é o atual Parque de Campismo. Nesse ano de 1995 eu e a afilhada de Teixeira de Pascoaes, porque é assim que ela é conhecida, herdeira de alguns terrenos em Amarante, até então



pertença de Pascoaes, onde hoje está implantada a Escola Secundária de Amarante e que ocupou dez mil metros. O atual Parque de Campismo que ocupou trinta mil metros. A zona desportiva de Amarante ocupou sessenta e cinco mil metros. Eu estou aqui e represento-a e quero dizer aos presentes que faz hoje dezasseis anos que esta Assembleia aprovou o Plano de Pormenor da Baseira. Desse acordo resultou a decisão de que seriam desbloqueados ao fim de treze anos de litígio, os terrenos para o parque de campismo. Passados estes vinte e três anos e sem querer culpar ninguém, quero dizer-lhes que demorou de 1995 a 2002 a ser aprovado em Assembleia Municipal esse Plano de Pormenor. De 2002 a 2007, portanto cinco anos, foi o governo que demorou em Conselho de Ministros a aprovar o Plano de Pormenor da Baseira efetuado pelo arquiteto Carlos Guimarães. Perante isto, quero alertar o senhor Presidente para que tenha em atenção os compromissos que foram assumidos e que eu respeitei escrupulosamente cedendo todas as áreas que fossem necessárias para fazer os acessos que fossem ou viessem a ser necessários na Herdade da Aveleda. Também cedi em 2013 para que esses acessos alternativos fossem levados a efeito. Em dezoito anos, a Câmara de então em maioria, apenas conseguiu fazer duzentos metros de acessos no Plano de Pormenor da Baseira. Este executivo, também com maioria ainda não conseguiu fazer um metro que fosse, mas também não vou culpá-los por isso, até porque aqui hoje já foi louvada uma pessoa. O Professor Jorge Mendes, que me prometeu levar para a frente esse acordo. Foi ele que lançou os projetos que estão para ser executados. Nunca precisei de vir a esta Assembleia a não ser hoje, porque foi com esse ilustre amarantino que foi tudo tratado. Com o seu desaparecimento eu vi-me forçado a mostrar as minhas preocupações com as alternativas que estão a ser dadas a esse Plano de Pormenor. A minha pergunta vai então no sentido de saber para quando é que esta Assembleia possa obrigar o atual Executivo a cumprir o acordo que foi celebrado para não entrarmos de novo numa vaga de acesso aos tribunais. Quero também alertar para o facto do não cumprimento desse acordo poderá inviabilizar a continuidade do parque de campismo.

Terminou a intervenção dizendo que a herdeira de Pascoaes está à espera de reaver o espólio que está em testamento que ela não vendeu e que está oculto pela Câmara de Amarante.

Usou de novo a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que disse que o senhor Lino Couto já teve a oportunidade de em reunião de Câmara ter colocado esta questão. Há aqui uma questão política para ver o que vai ser decidido quanto ao Plano de Pormenor da Baseira. É uma decisão que não vou tomar sozinho e vou partilhá-la com os demais membros do Executivo, assim como falar com todos os proprietários porque deve haver alguma ponderação na decisão a tomar. Este processo já tem muito anos e ainda nenhuma construção lá foi edificada. Este processo tem também a ver com o investimento que se lá vai fazer e como vai ter consequências em termos de ocupação do espaço.

Em termos jurídicos, a questão do incumprimento não se coloca, mas de toda a maneira, os serviços a nosso pedido e no decorrer da conversa com o senhor Lino Couto, estamos a fazer todo o levantamento daquilo que julgamos necessário para depois podermos tomar uma decisão. A única coisa a que eu me posso comprometer que a decisão que vai ser tomada poderá ter vários caminhos e não só aquele que é a pretensão do senhor Lino Couto que é justa mas que poderá não ser essa. Vai ser uma decisão partilhada por todos, incluindo o senhor Lino Couto e os demais proprietários. Uma coisa eu posso garantir é que com a atual revisão do PDM foi acautelado que caso haja uma decisão que não seja dar continuidade ao Plano de Pormenor, o espaço será considerado urbano o que vai permitir a construção.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra relativamente a este período da Assembleia Municipal, passou-se de imediato para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim cumprimento à ordem de trabalhos previamente estabelecida.

## **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

### **CANDIDO ZOIO – PS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “O Relatório de Atividades e Informação financeira que aqui nos apresenta, reflete a atividade até 30 de novembro do corrente ano.

Senhor Presidente relativamente à gestão financeira: Este relatório reflete a análise da execução financeira de 1 de janeiro a 30 de novembro.

E apenas a um mês do encerramento do exercício orçamental, os números que nos apresenta não são notáveis, temos vindo a alertá-lo para o comedimento que tem de haver a nível financeiro, e o senhor Presidente fez ouvidos moucos dessa recomendação: Desde logo pela redução em praticamente 10% em variação homóloga de receita global e este cenário já é recorrente, temos a possibilidade de problemas financeiros pela redução dessa receita em clima económico favorável no país e na região.

Esse facto ainda é mais grave atendendo a que houve aumento de transferências correntes e mesmo assim a receita total diminuiu, como podemos verificar no quadro 1 da página 10.

A partir da análise do mapa 3 da página 12 podemos verificar que as despesas correntes tiveram um aumento muito alavancado pelos juros e outros encargos.

Ou seja estamos perante um potencial risco para a boa gestão do dinheiro público com redução de receita e aumento de despesa corrente.

Também sabemos pelo mapa da página 13, que à data de 30 de novembro a disponibilidade financeira do município, cifra-se apenas em 1 140 818 euros abaixo dos 3 173 118 euros a da dívida a curto prazo inscrita no mapa da página 14. Se fizermos um encontro de contas o saldo é negativo, ou seja estamos constantemente a ter menos dinheiro disponível com um endividamento a curto prazo aumentando constantemente.

Sabendo que este é um indicador financeiro importante para a boa gestão e a manutenção da confiança por parte dos fornecedores, atestando assim a situação financeira da autarquia, leva-nos a perguntar se o prazo médio de pagamento a fornecedores se agravou ainda mais, do que aquilo que foi referido por vossa excelência em anteriores assembleias? Qual é o prazo máximo desse pagamento?

O Partido Socialista está preocupado com a execução financeira pois sabemos que com apenas 1 mês de executar este exercício orçamental, o encerramento do ano trará consigo saldo negativo pela segunda vez consecutiva, sendo esse um indicador muito preocupante para o normal funcionamento de qualquer organismo.

Se a sua proposta para fixar o imposto da Derrama no orçamento de 2019, é resultante da necessidade de fazer face a compromissos financeiros que tem dificuldade em suportar?

Quanto às atividades: Senhor Presidente, verificamos que está a ser levado a efeito o apoio técnico pela divisão dos recursos humanos, para a abertura dos procedimentos concursais para os novos cargos dirigentes, dando corpo à deliberação da última assembleia, relativa à alteração na macroestrutura, que o Partido Socialista votou contra.

Esta é mais uma evidência de um aumento de despesa corrente desnecessária.

Atendendo a este cenário, perguntamos se o senhor Presidente se vai continuar esta estratégia de aumento da despesa, na gestão do município?

E para terminar não posso deixar de apontar, como estamos na época natalícia, que na página 84, a divisão cultural apontou a atividade relativa à inauguração da iluminação de natal incluída nas atividades de “Amarante - Cidade Presépio”. Não

posso deixar de questionar se a palavra “Presépio” é mero slogan ou se eu ando mesmo distraído?

### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse que destacava do relatório dois estudos em que um deles tem a ver com requalificação da Avenida Alexandre Herculano, que é diariamente um caos. Perguntou se naquele estudo está englobado o estacionamento naquela zona.

A requalificação do parque de estacionamento das Bucas que também aparece com um estudo prévio, parece também muito positivo. Mas gostava de saber se se mantém para a zona do Rossio a ideia da construção de um parque de estacionamento?

Solicitou ainda alguns esclarecimentos adicionais para os seguintes assuntos: O primeiro prende-se com eventual aquisição de uma parcela de terreno na Feitoria para a construção de um parque multifuncional. De que se trata este parque?

O segundo assunto tem a ver com o facto de no relatório não constar a requalificação da estrada que liga a parte baixa de Vila Chã à parte alta, porque me parece que terá de ser uma intervenção urgentíssima face ao estado calamitoso em que se encontra.

Continuou a intervenção para dizer que na página 18 do relatório é referido – Formação Profissional e Cursos de Pós-Graduação. A pergunta que se coloca é esta: Os Cursos de Pós-Graduação são considerados cursos de formação profissional?

Referiu ainda a alínea que refere o Orçamento Participativo Jovem, para questionar quantos projetos no âmbito desta medida orçamental já foram implementados e se já foi feita alguma avaliação a esta medida?

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, par esclarecer as questões que anteriormente lhe foram colocadas. Assim, começou por dizer que “já estamos habituados às intervenções do senhor deputado Cândido Zoio, que refere sempre um cenário catastrófico, que isto está tudo em ruína, que o endividamento disparou etc. O endividamento por acaso ainda não disparou e continua abaixo daquilo que eu encontrei quando cá cheguei. No entanto vai subir e por isso quero alertar os presentes, atendendo à boa nova de ter recentemente recebido o visto do Tribunal de Contas para a aquisição das instalações do Matias e portanto irá aumentar. Relativamente às demais preocupações quero dizer-lhe que é verdade que há um estudo que foi desenvolvido pela Associação Comercial do Porto, com dados concretos que revelam algo muito interessante. Esse estudo apresenta um gráfico que nos mostra a evolução das transferências do estado para os municípios, que atinge o seu ponto máximo em 2010, mas que a partir desse ano tem vindo a decrescer ano após ano, numa média de 18%, o que é significativo. Depois temos outro gráfico que nos mostra qual a curva das receitas próprias, até porque havendo decréscimo das recitas do estado, tem de haver aumento de receitas próprias. Há efetivamente aumento para que se verifique um ponto de equilíbrio. Pedi aios serviços que me fizessem um estudo destes para o município e depois de ver fiquei apreensivo. Verifica-se a diminuição de verbas, mas também verifico que as receitas próprias também diminuem. Isto não pode ser e por isso vai ter de alterar. Há toda uma política no sentido de começar a repensar toda a política em termos de receitas próprias do município de Amarante. Esta política já começou nomeadamente naquilo que é a nossa intenção para o ano 2019 e que terá a ver com os valores dos resíduos sólidos urbanos. Só para termos uma ideia e tendo em conta as diretrizes da ERSAR que nos obriga a que o serviço seja sustentável. É verdade que ano após ano temos tido um saldo negativo de um milhão de euros. O regulamento já foi apresentado, vai ser posto em discussão pública para depois podermos tomar medidas corretivas cumprindo assim a lei, até porque não podemos continuar com uma receita negativa neste serviço, até porque vamos ter de fazer investimentos no sentido de prestar um melhor serviço, porque nem sempre o município de Amarante prestou o melhor serviço no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos.

Relativamente a outras matérias idem aspas. Ainda ontem, numa discussão que tivemos acerca do urbanismo, em que há uma receita por arrecadar à volta de setecentos mil euros, de projetos que as pessoas metem e que depois não levantam e por consequência não pagam as licenças que acabam por prescrever e onde não obtivemos qualquer receita. Vamos ter que mudar isto, Se o senhor deputado meter um projeto vai ter de pagar pelo menos o trabalho que é feito. Há uma nova configuração que se prende com o quê? Há necessidade do município de Amarante, a par de outros municípios aumentar as receitas, para compensar a quebra das receitas do estado, que é isso que fazem os municípios grandes. No entanto o município de Amarante continua a ser um município equilibrado em termos daquilo que é o endividamento. O prazo de pagamento está nos trinta e três dias, ligeiramente aumentado em relação ao ano passado mas quem essencialmente a ver com atos meramente administrativos. Isto para dizer que o olhar catastrófico sobre o município de Amarante não se coloca. Aliás, o município de Amarante irá entrar em 2019 e seguintes com um volume de trabalhos e obra física bastante acentuado, seguramente mais do que em qualquer outro mandato de que nos possamos lembrar. Vai ser um mandato a que iremos assistir a muita obra. Foram submetidas candidaturas no valor de vinte e cinco milhões de euros, das quais vinte e uma já aprovadas. Ainda ontem entraram mais duas no âmbito do PARU e do PAMUS. Ainda vão entrar algumas na área da eficiência energética.

Neste momento temos alguma incerteza relativamente ao futuro e por isso temos de ser cautelosos relativamente a algumas medidas que vamos tomar, nomeadamente a descentralização, nomeadamente a questão dos transportes urbanos, nomeadamente a questão dos quadros comunitários porque eu sei que na revisão do programa Portugal 2020, o município de Amarante vai poder inscrever algumas das suas obras em linhas de apoio que poderão vir a surgir. Sei que poderemos vir a ter algum reforço financeiro naquilo que tem a ver com o PARU, o que nos poderá ajudar a repensar outros equipamentos que temos necessidade de fazer. Temos o PROVER, no valor de quinhentos mil euros, que não sendo muito dinheiro permite fazer algumas intervenções na baixa da cidade. Por isso é que eu falava há pouco na importância de junto do ICNF poder-mos tomar conta e reabilitar alguns equipamentos devolutos, alguns muito degradados e reabilitá-los para criar dinâmica nessa parte do território. Portanto quero dizer-lhe, senhor deputado que esse seu ar catastrófico não se coloca. Coloca-se obviamente alguma apreensão porque perante aquilo que se avizinha vai ter de haver um esforço e uma necessidade do município de Amarante e todos os outros de trabalharem numa nova realidade que vai aparecer.

Relativamente à Avenida Alexandre Herculano e àquilo que será também um parque multifunções, onde se inclui algum estacionamento, e que só agora teve desenvolvimentos porque como ali é uma zona de cheia, para adquirir os terrenos eu tinha de ter a certeza de que poderia usar aquele espaço. Isso foi-me garantido numa reunião com técnicos da APA e fiquei a saber que embora não podendo fazer alterações significativas em termos de construção, mas permitindo o alargamento em termos de acesso para podermos desenvolver o projetos que queremos levar a efeito. Esse projeto passa por desobstruir a estrada que como sabe está um caos. A primeira coisa é tirar dali os carros, pelo menos até à zona da das antigas Caves da Cerca, que irá ter algum estacionamento para os moradores e do lado oposto irá ter parqueamento para que se possa desobstruir a estrada. Vamos ainda aproveitar o facto de termos o PAMUS, com uma verba de cerca de 1,3 milhões de euros para meter um anel pedociclável nas ruas de Amarante, sendo que uma dessas vias será na Avenida Alexandre Herculano, permitindo a circulação a pé e de bicicleta em segurança e ao mesmo tempo os carros poderem passar de forma desafogada. Acredito que esta obra avançará em 2019, tendo sido já apresentada a candidatura. O parque multifunções será para estacionamento e também para outras atividades se for necessário.

Relativamente ao Parque das Bucas, foi também alvo da candidatura ao circuito pedociclável que também passa pelas Bucas. O parque vai ter um viaduto que vai ligar

ao terreno em tempos adquirido e vai ter também um parque multifunções. O projeto está feito e candidatado no âmbito do POSEUR, no valor de três milhões e meio de euros que tem a ver com toda a intervenção na zona ribeirinha. O parque das Bucas, tirando a fixa pedociclável não tem candidatura e será executado a expensas do município, bem como canal que também será pago pelo município.

A obra de Vila Chá é efetivamente uma das obras que iremos fazer neste mandato”.

### **CANDIDO ZOIO - PS**

No uso da palavra disse que “Os números confirmam as realidades. Quando mostramos a nossa preocupação ela é fundada senão vejamos: a despesa executada a Novembro é de 26 291 808.24 euros ao passo que a receita é apenas de 25 363 160.23 euros, com apenas uma disponibilidade real à mesma data de 1 140 818 euros, e uma dívida a curto prazo de 3 173 118 euros, a equação é de difícil resolução para não transitar o exercício orçamental com saldo negativo pela segunda vez consecutiva”.

Por fim gostava de saber se a derrama foi mesmo criada para fazer face a essa despesa corrente Finalmente a questão da cidade presépio, pressupunha um conjunto de presépios que não consegui ver, ou este foi mais um dos projetos que acabou por não se realizar?

### **JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra e em resposta ao orador anterior começou por dizer-lhe que: tinha pena que ele não tenha visto o presépio, que foi colocado num espaço nobre junto ao museu, juntamente com a presença de alguns artesãos que tentavam promover os seus produtos. Para o ano será no mesmo local e fica a recomendação para que para o ano visite o local. O presépio é feito com imagens trabalhadas por um artesão Amarantino, em tamanho real, de madeira e foi com muito gosto que o expusemos ali, sendo que muita gente enalteceu a iniciativa. Pelos vistos o senhor gostava mais do que habitualmente se fazia, mas também havia quem não gostava. Resolvemos surpreender e fizemo-lo no tal espaço contíguo ao museu. Dou-lhe também nota de um presépio que a Santa casa fez. Não foi por falta de presépios que o natal do senhor deputado não foi um bom natal.

Quanto à Derrama, todos sabemos eu quando se cria ou se mexe numa taxa, a primeira coisa é criticar. A ideia que há, é que é crime mexer numa taxa. É crime aumentar a receita. Somos criticados porque a receita diminuiu. Esse desfazamento vai ter de ser corrigido. Concordo com algumas dessas críticas. Mas o senhor deputado não percebeu que o que eu disse é que vamos ter de mudar este procedimento. Eu vou-lhe explicar o porquê da criação da derrama. A Derrama vai ser criada porque há uma necessidade emergente de criara em Amarante competitividade naquilo que é uma matéria prioritária que é questão do emprego. A questão do emprego ou a falta dele é que levou a que eu tivesse a coragem de apresentar uma decisão difícil mas que tem a ver com aquilo a que eu me comprometi com os Amarantinos que é tentar na medida do possível a inverter o ciclo negativo em que nós estávamos. Eu fiz aquilo que se calhar poucos Presidentes de Câmara. Nem sempre é verdade aquilo que vemos. Os indicadores podem ser deturpados ou até podem ser melhorados, mas eu não gosto de camuflar. Eu gosto de analisar convenientemente o que é e quando olhei para a taxa de emprego, que estava a diminuir, não acreditei que fosse verdade. Tenho pena de dizer que não é verdade e por isso tenho pena de dizer que os Amarantinos estão a sair de Amarante. Já nos números dos Censos de 2011 isso se verificava e continuamos hoje com uma quebra muito grande. Sei que com a decisão que tomei vou ser fortemente criticado por vocês e até por gente do meu partido, mas eu assumo isso. Este dinheiro eu não o vou usar para pagar nenhuma destas despesas e será apenas usado para comprar terrenos para futuras zonas ou bolsas industriais. Foi isso que eu

assumi e quero que este compromisso fique em ata, pelo menos enquanto eu cá estiver. Quem vier a seguir poderá ter outro entendimento. Quero permitir a quem vier a seguir a mim que seja mais competitivo que eu. Neste momento estamos a tentar atrair para cá um investimento de cem milhões de euros que criará quinhentos postos de trabalho. Acontece que o município de Guimarães está a oferecer a esse empresário que é Americano, terrenos a um euro o metro quadrado e infraestruturado. Nós não temos essa possibilidade. Para nos tornarmos mais competitivos temos de ter zonas industriais de preferência ao preço de um euro o metro quadrado. Sei que se isso fosse possível, todo o executivo aprovava por unanimidade porque seria muito bom acolher uma empresa desta envergadura. É disto que temos de falar. Como entendi que não tínhamos capacidade financeira para comprar terrenos, embora o venha a fazer recorrendo a empréstimo que amortizarei com dinheiro que possa entrar vindo desse imposto. Isto vai demorar tempo a ser conseguido porque falo de um valor de cerca de cinco milhões de euros. Quero que quem vier seja mais competitivo do que aquilo que eu sou agora”. Neste momento temos capacidade par poder arrancar com algumas obras porque nos podemos candidatar a quadros comunitários. Se assim não fosse era impossível fazê-lo com o orçamento da Câmara. A Derrama é um bom exemplo de como se pode fazer política em Amarante”.

## **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019**

Antes de ter sido iniciada a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente informou os presentes que a sua discussão se regia pela grelha B de gestão de tempos, a grelha com mais tempo disponível.

Começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que apoiado por uma apresentação powerpoint começou por dizer que “o orçamento é elaborado de acordo com as regras em vigor e também com a proposta do Orçamento de Estado para o ano de 2019. Há neste orçamento a incorporação de várias dimensões sendo que em algumas delas há incertezas. Aquilo que seria o valor a incluir não está de todo correto. O que é que eu quero dizer com isto? Nós temos rubricas abertas para todas estas dimensões que aqui estão faladas como por exemplo para os quadros comunitários, mas como eu há pouco dizia, no âmbito do PARU vou ter um incremento de mis de um milhão de euros e sei que na área cultural também irei ter a possibilidade de poder fazer candidaturas. Este orçamento de 2019 e se calhar o de 2020, que vão ser estruturantes para o país e estou a falar de quadros comunitários vai obrigar a um ajustamento quase diário e por isso é que eu tenho algumas reservas relativamente ao nosso orçamento. Eu já o disse na reunião de Câmara porque provavelmente vou pedir muitas vezes alterações ao orçamento, atendendo ao que aconteceu nas últimas duas semanas. Nas últimas duas semanas muita coisa aconteceu que me obriga a repensar toda a estratégia para o futuro. E tem a ver com aquilo que é prioridade em termos do que serão os investimentos em Amarante, dando corpo às candidaturas dos programas comunitários que nos ajudam a alavancar o investimento. Temos também aí uma situação sobre a qual vamos ter de tomar decisão que tem a ver com a distribuição de energia elétrica em baixa tensão. Vamos elaborar um estudo económico para poder tomar uma decisão sobre o serviço e para isso temos de ver o impacto que isto terá na economia. Temos de ver se vamos ficar com o serviço que agora temos ou se vamos concessioná-lo. Diziam-me hoje que relativamente a isto há 1,5 milhões de receitas da disponibilidade da distribuição da energia em baixa tensão que podemos vir a deixar de ter, mas vamos ter obviamente outros proveitos. A tomada de decisão vai ser importante para Amarante, mas terá de ser partilhada por todos. Mas isto vai levar a que tenhamos de repensar todo o orçamento porque aquilo que acabo de dizer refere-se a dimensões que não estão retratadas aqui. No que diz respeito aos transportes, vamos ter uma nova realidade. Vai ter de abrir um concurso internacional para decidir

quem é que vai proceder aos transportes dentro do município de Amarante. Vamos ter de encontrar uma solução que seja tecnicamente ajustada, sendo que mais tarde vamos ter de aferir a dimensão política. Esta é mais uma das realidades que vai obrigar também a repensar o orçamento.

Por último, a transferência das competências da Administração Central, e desde já anuncio que durante o mês de janeiro iremos ter uma assembleia para poder tomar decisões, porque até 31 de janeiro temos de reportar à DGAL a nossa decisão, comunicando se queremos ou não ter esta Delegação de Competências. Se aceitarmos algumas das áreas, que eu duvido que vamos aceitar, porque há ainda muitas indecisões, nomeadamente no que diz respeito à parte financeira porque só em 30 de abril é que saberemos qual será a disponibilidade. Outros dos aspetos estruturantes neste orçamento é o facto de vir a ser criado o Código Fiscal de Investimento no município de Amarante que também já está incorporado, apoiando empresas no projeto InvestAmarante. Foi-me também dito que na reprogramação do Programa Portugal 2020 poderá haver a possibilidade de ir buscar algum dinheiro para zonas industriais, o que eu espero venha a ser verdade. Há também a aposta na educação com programas de apoio familiar e na cultura, alíneas bem expressas nas grandes Opções do Plano, nomeadamente na articulação com as freguesias, não só com aquilo que tem a ver com a parte fiscal mas também através de contratos de cooperação e acordos de execução. Vamos tentar cumprir com os senhores Presidentes de Junta colaborando nas necessidades mais prementes. A aposta nos fundos europeus, tem sido uma aposta forte e das trinta candidaturas submetidas, já temos vinte e uma prontas a iniciar sendo que algumas delas começam já em janeiro como por exemplo o Cine-Teatro que tem neste momento toda a parte burocrática resolvida.

A questão da Derrama não se coloca para o pequeno empresário com um volume de negócios na casa dos cento e cinquenta mil euros porque não a irá pagar, o que poderá ser aliciante para quem quiser investir em Amarante. A derrama só será aplicável sobre o lucro tributável na percentagem de 1% sobre esse lucro. Até aqui tivemos a preocupação de sermos competitivos, porque a média de normal é de 1,5%.

Relativamente a alguns dos projetos que agora estão para arrancar e que foram financiados pelo Programa 2020, temos a reabilitação do bairro Cancela de Abreu, a remodelação da EB1 de Mancelos, a de Figueiró, a EB2-3 de Amarante. Temos ainda a iniciativa "Amarante/Marão é um Destino" e ainda a iniciativa "Rio Olo – Laboratório Vivo". O bairro Cancela de Abreu só tem em termos de FEDER uma verba de novecentos e quarenta e três mil euros. É uma percentagem muito pequena para um investimento de três milhões e trezentos mil euros em termos daquilo que foi o concurso. Agora, nós fazemos os projetos porque são necessários. Depois tentamos ver como eles vão ser financiados. Poderão ser financiados através de receitas próprias ou financiados. Havendo a possibilidade de candidatar, candidatamos, nem que seja uma parcela. Só para terem uma ideia, das trinta candidaturas que fizemos e dos 25 milhões que candidatamos, só vamos ter do FEDER catorze milhões de euros, o que quer dizer que os restantes onze milhões terão de ser suportados pelo município de Amarante. Uma parte substancial destes onze milhões virá de uma linha de crédito chamada IFRRU, com uma taxa muito próxima de zero pelo período de vinte anos eu contempla tudo que tem a ver com reabilitação. Dessa reabilitação consta o Solar de Magalhães, o Cine-Teatro e o Bairro Cancela de Abreu. Se assim não fosse não teríamos hipótese de executar qualquer das obras. A outra alternativa e não se tratando de reabilitação urbana vamos tentar otimizar na linha BEI com uma taxa de 0,277% por um período de quinze anos e que incorpora a taxa negativa que agora existe.

As escolas também têm um financiamento muito baixo. Como só tínhamos um milhão e meio de euros para todas as obras nas escolas; quinhentos mil para a EB2-3 de Amarante e um milhão para o resto, que é muito pouco para o muito que há para fazer nas escolas.

Relativamente a alguns projetos já aqui falados, no âmbito do PARU, temos a reabilitação do Cine-Teatro e do Solar de Magalhães de que entrou agora a candidatura porque ficou resolvida a questão que tínhamos com a DRCN, permitiu que no dia 27 pudéssemos submeter a candidatura. Uma outra obra é a reabilitação da antiga casa da cadeia que demorou muito mais tempo que o previsto mas que dentro em breve estará pronta ficando assim o espaço disponível. Outra candidatura que está a decorrer é o Marketing Urbano de Amarante que é o posicionamento da Marca Amarante a nível internacional que jugo que vai ser importante para Amarante. Temos ainda a candidatura Amarante em Regeneração que é um projeto em parceria com a Associação empresarial.

No âmbito do PAMUS, como ainda há pouco referi entrou agora o Anel Pedociclável que embora sendo um investimento pequeno, mas que engloba a recuperação da Avenida Alexandre Herculano. Temos também a candidatura a dois elevadores, sendo que um deles vai da plataforma do Rossio até à cota de cima permitindo a deslocação para o parque multifunções e outro da cota de S. Gonçalo até ao terreiro de Santa Clara, tornando assim Amarante mais acessível. Será revista o desnível existente na praça de S. Gonçalo, bem como as quelhas que dão acesso ao rio e ao parque multifunções.

NO PDCT, na altura nós tínhamos a verba destinada ao município de Amarante que eram à volta de setecentos mil euros, mas foi entendido que deveriam ser as IPSS a candidatar. Reunimos a rede e focou então e ficou o compromisso de sabermos através da rede quais eram as entidades que iam candidatar-se. Candidatar-se-ão a CERCIMARANTE a Santa Casa da Misericórdia, a Casa do Povo de Telões e o infantário o Miúdo. Foram já duas aprovadas e nós iremos pagar a contrapartida nacional excetuando a Santa Casa da Misericórdia que entendeu que não iria onerar a Câmara porque tinham capacidade financeira para o fazer.

Tivemos também candidaturas a três Regadios, e a Eco Jardins contempladas a 100%. Houve também uma candidatura a Renovação das Aldeias, a executar numa escola em Covelo do Monte, onde será instalado um centro de extração de mel, denominada a Colmeia do Marão

Há ainda candidaturas relacionadas com a eficiência energética, que tem a ver com as piscinas de Amarante e Vila Meã. Vamos também aproveitar para com a mesma candidatura renovarmos mais alguns equipamentos. Em termos globais temos aqui a dimensão daquilo que é este plano. Na coesão social temos 12,4%, de 14% na educação, 12,8% na coesão territorial, 3,2% na parte económica, no turismo 4,4%, cultura 15,1%. Na parte da cultura temos o Cine-Teatro, temos o Solar dos Magalhães que não sendo um investimento total, leva a que estas percentagens sejam maiores. Na parte do ambiente temos 16,3%. Vamos fazer uma aposta muito grande naquilo que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, comprando novos equipamentos, formando pessoas para que possamos vir a ter um posicionamento que hoje não temos.

Na rubrica da educação acresce a requalificação de três escolas e os transportes escolares.

A parte cultural tem a ver com os prémios, com o MIMO etc.

A coesão territorial tem a ver com os acordos de execução, algumas pavimentações e apoios às associações de municípios.

Na dinamização e coesão social há toda uma dimensão que tem a ver com reabilitação do Bairro Cancela de Abreu, com parte para este ano e uma outra parte para outro ano.

O plano de saúde oral também está contemplado. A tarifa social e familiar também e portanto, tudo o que é dimensão social tem o seu plano.

A reabilitação de edifícios que tem a ver com a área do desporto também tem a sua rubrica, conjugada com o plano de eficiência energética, de modo a melhorar os espaços. Por exemplo, nas piscinas vamos gastar cerca de seiscentos mil euros a



mudar a atual cobertura por uma telescópica que se ajusta e não terá de ser montada e desmontada como agora acontece.

Nas receitas, há aqui um acréscimo nos impostos diretos que se deve a uma regra financeira que diz que a média dos últimos vinte e quatro meses, das receitas, nomeadamente do IMI, IMT e IUC, leva a que a projeção para o ano que vem tenha este aumento em termos de impostos diretos. Há também um aumento no fundo de capital que tem a ver com as participações comunitárias e aos empréstimos de médio e longo prazo que levam a este crescimento.

Nas despesas há rubricas que nos preocupam mas que são fruto daquilo que é a lei, onde por exemplo com as despesas com pessoal temos a perspectiva de um aumento que tem a ver com mudanças de carreira, promoções e progressões e com os precários.

A aquisição de bens e serviços como a água e eletricidade, combustíveis, transportes escolares fazem com que os valores aumentem consideravelmente que levam a um desequilíbrio que vai ter de ser repensado.

Para terminar quero dizer que este é um orçamento que durante o ano de 2019 vai ter de sofrer aqui algumas adaptações atendendo àquilo que são as incertezas, mas acredito que iremos ter capacidade para estar sempre equilibrados que é aquilo que queremos e continuar a desenvolver o território porque é essa a nossa obrigação”.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Debatemos hoje na Assembleia Municipal dois instrumentos fundamentais para a Governação do nosso Concelho: o Orçamento e as Grandes Opções para o ano de 2019.

Um orçamento é, naturalmente, o instrumento de política que dá tradução à visão estratégica e às propostas programáticas que foram sufragadas pela população, mas também deve ter abertura às pessoas e à cidadania. Abertura a novas formas de dinamizar a economia e criar emprego.

Isto representa um novo relacionamento com os cidadãos, com o Governo central e demais municípios da CIM, e com os agentes económicos e sociais.

A cidadania democrática exige mais participação e mais transparência.

Nós também queremos uma Amarante mais empreendedora, mas também queremos ter uma Amarante mais sustentável, mais próxima do cidadão, mais limpa, mais verde, mais humana e mais organizada. Gostávamos de ter mais concelho. Porque fazer um concelho não é só organizar e proteger os locais por passa a procissão. É preciso olhar também para o concelho escondido dos olhares de quem nos visita e perceber há todo um concelho que necessita de intervenção profunda. Fazer um concelho é criar condições para que os jovens e as jovens famílias regressem à cidade que os viu nascer. Fazer um concelho é criar dinâmicas culturais que nos elevem a um lugar de excelência e de referência na oferta cultural e de lazer, envolvendo todos os agentes locais e não apenas com programas pré-pagos à peça que custam imenso ao erário público. Fazer um concelho é, em articulação com as Juntas de Freguesia, os autarcas de proximidade por excelência, dar-lhes competência, mas sobretudo recursos para que sejam eles também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e de progresso. Fazer um concelho é fazer de tudo para garantir que a segurança e a proteção dos cidadãos e de todos aqueles que ajudam a construir um concelho que seja uma realidade efetiva, como por exemplo fazer a manutenção diária da sinalização horizontal e vertical e a manutenção dos eixos rodoviários e pedonais, para evitar acidentes.

É impossível esconder que é necessária uma intervenção urgente da Câmara Municipal de Amarante nas estradas municipais.

O grande desafio do Município no próximo ano deveria ter sido de criar condições para que a sua receita não dependa exclusivamente do pagamento dos impostos pelos amarantinos, contudo a inclusão de impostos pela primeira vez como a derrama, ou a não devolução de parte de participação variável do IRS aos cidadãos são sinais do inverso dessa mesma política. Como aliás certamente nos comprovará o este orçamento municipal e o relatório de gestão na confrontação por exemplo da previsão excessiva de receitas. Duvidamos seriamente que os 40 216 135 euros inscritos se tornem numa realidade. Nunca entendemos o equilíbrio orçamental e a redução da dívida como fins em si mesmos, mas também não ignoramos que são condição para podermos libertar recursos necessários à satisfação das necessidades de Amarante e dos amarantinos. Sem contas certas, sem contas em dia, teremos mais dificuldade em atrair para o nosso concelho os investimentos que podem dinamizar a economia local e criar mais emprego. A consolidação orçamental é fator de confiança para os cidadãos e para os agentes económicos. Em 2017 pela primeira vez, que há memória encerrou o ano com saldos negativos que ascenderam a praticamente 2.5 milhões de euros e em 2018 prevê-se igual resultado ou ainda mais dramático... Como será o ano de 2019?

De facto, é tempo de iniciar um caminho de recuperação do equilíbrio orçamental, para evitar que as contas do Município se tornem, a curto prazo, insustentáveis.

Claro está que uma proposta orçamental é sempre precursora da ação futura do Município e ao mesmo tempo condicionada pelas execuções anteriores.

Os documentos Previsionais para o ano de 2019, elaborados pelo Executivo que Vossa Exa. preside, e que hoje aqui nos traz, tem inúmeras obras, ações, rubricas algumas delas meramente indicativas, na certeza de que não vai ser possível concretizar tudo aquilo que os mesmos documentos contêm. É nesse sentido, que julgamos ser importante centrar o debate do orçamento na objetividade.

O Partido Socialista pergunta a V<sup>a</sup> Exa. quais as obras que verdadeiramente pretende executar ou iniciar durante o ano de 2019. Quais as suas prioridades?

Parque linear?

Gimnodesportivo de vila Meã?

Piscinas de Amarante e Vila Meã?

O Mercado municipal?

Casa da Memória?

Pavilhão multiusos?

O Partido Socialista de Amarante considera ainda que o presente orçamento deve contemplar o reforço das competências e transferências para Juntas de Freguesias do Concelho de Amarante, especificamente através do restabelecimento dos Protocolos de Obras, para as Freguesias de Amarante. Estamos convencidos que tal opção permite aumentar a eficiência na resolução dos problemas, conferindo uma maior rapidez na resposta às necessidades das populações e reforçar o princípio da autonomia destas unidades de âmbito territorial, que são as Juntas de Freguesia. Uma outra vantagem dessa estratégia seria a possibilidade da Câmara Municipal, executar projetos estruturantes de carácter municipal e regional.

Os documentos previsionais refletem o conjunto de escolhas da inteira responsabilidade da coligação "Afirmar Amarante - PSD/CDS-PP", que embora legítima, não é comungado em grande parte pelo Partido Socialista de Amarante.

Salienta-se ainda, que o Partido Socialista não foi consultado no sentido de dar contributos em sede de construção dos mesmos ficando, assim, limitado na sua abrangência e diversidade política, para nos podemos juntar ao pelotão da frente do desenvolvimento da região.

Esta deveria ser a hora da cooperação estratégica, e mais uma vez o senhor Presidente perdeu a oportunidade.

Pese embora e pelo levantamento das questões levantada que nos incitassem em votar contra, O Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada, com a esperança na alteração de conduta por parte do atual Executivo”.

### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse que “o equilíbrio orçamental está assegurado porque a receita corrente é superior à despesa corrente. Há uma confusão muito grande na análise que os senhores deputados do PS estão a fazer.

Quando fala de política de proximidade, quero dizer-lhe que nós somos um bom exemplo dessa política. É exemplo disso olhar para a baixa densidade de uma forma diferente daquilo que se olhava até agora. Vamos continuar a investir. A baixa densidade ajuda à sustentabilidade do território. Por exemplo o turismo seguramente vai ser alavancado no futuro por muito aquilo que o Marão e a Aboboreira nos vão poder dar. Os nossos cursos de águas, os nossos rios e a nossa natureza também contribuirão, daí o nosso investimento na política ambiental que fazemos e isso tem a ver com uma política estratégica de proximidade e de olhar para o território de forma diferente. Não quero rebater as vossas opiniões, até porque acredito que haja outras formas de pensar o território. Esta é uma forma que foi pensada olhando para a cultura, para a questão ambiental e da natureza e olhando agora para a questão económica, para que com os poucos recursos que temos possamos alavancar o território com a pouca receita que possamos ter. Agora deixe-me dizer-lhe uma coisa – é um contrassenso aquilo que acabou de dizer porque se está preocupado como diz, não devia dizer que eu só mudei na derrama 1% sobre o lucro tributável de volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. Não pode criticar essa medida, sabendo que essa medida é para trabalhar o território e poder chegar a todos criando o emprego. A nossa vontade é aproveitar recursos financeiros para alavancar o investimento que queremos fazer e o ano 2019 e 2020 vai ser revelador daquilo que foi a estratégia desenvolvida por todos nós para podermos trabalhar estas políticas com todos os cidadãos.

Para terminar quero dizer quem 2018 tivemos uma receita corrente de cerca vinte e dois milhões de euros e uma despesa corrente de cerca de dezanove milhões de euros. Não podem dizer que isto está em falência porque sabem muito bem que o equilíbrio orçamental se mede através da receita e da despesa corrente”.

### **CARLOS CARVALHO - PSD**

No uso da palavra disse que “registava com agrado a excelente explicação que foi dada pelo senhor Presidente acerca do orçamento municipal e das grandes opções do plano. Isso por si só é um sinal de clara melhoria como tem vindo a acontecer nos últimos anos para cá daquilo que são as práticas no nosso concelho, ao nível político e ao próprio nível de funcionamento desta assembleia. Importa realçar que estamos num momento crucial para aquilo que é o concelho de Amarante para as próximas décadas.

Nós todos percebemos a diminuição da população que temos sofrido. Nós todos percebemos que a crise económica dos últimos anos e que ainda hoje se faz sentir muito afetou aquilo que é o nosso concelho. Nós todos percebemos que há cada vez mais resistência em conseguir fixar pessoas nestas zonas do país, mas ainda é pior para o interior. Portanto é uma altura de clara decisão política e daquilo que se quer para Amarante. As candidaturas a fundos comunitários que estão agora em cima da mesa podem ser a alavanca que Amarante precisa. São ou podem ser a alavanca que Amarante não soube ter há quinze anos atrás, quando também o poderia ter feito e não o fez. Por isso hoje sabemos que Amarante não consegue ser mais competitiva porque não criou nessa altura condições. Basta olhar para alguns concelhos vizinhos que nessa altura arrojaram uma política diferente e conseguiram dentro dos limites

tornar-se mais competitivos. A título de meros exemplos, investiram dez para poderem ter investimentos de trinta. É isso que nós hoje estamos a discutir para Amarante.

Nós temos que perceber que em 2013, os amarantinos disseram que queriam mudar a forma de fazer política em Amarante. Temos também de perceber que em 2017, voltaram a dizer com mais força que queriam mesmo continuar a mudar a forma de fazer política em Amarante. Agora, não podemos ter um discurso de uma pseudo preocupação com as contas, mas depois em diversas intervenções que vão sendo feitas aqui, dizer que se quer mais obra, mais investimento, mas ao mesmo tempo dizer que não se quer gastar dinheiro. A questão não é gastar o dinheiro. A questão é de saber como se vai investir esse dinheiro e retirar retorno dele. É isso que está muito claro neste orçamento. Por isso é que nós no PSD achamos que o que está a acontecer em Amarante nesta altura é dos factos políticos mais importantes das últimas décadas, porque esta será a última oportunidade que nós temos para fazer grande investimento gastando menos do que aquilo que o investimento em si poderá trazer. É um exercício difícil que este Executivo terá pela frente, a gestão de toda esta operação, ou Amarante vai penar mais umas décadas. Não vale a pena enganarmos porque já sabemos como isto funciona. Sabemos que o estado central anuncia aumentos do salário mínimo para 635 euros, mas sabemos que esse impacto real se vai refletir nos municípios que vão ver aumentada a sua despesa com o pessoal. Nós sabemos que todas estas medidas que vão acontecendo repercutem-se aqui e por isso este peso e este equilíbrio é difícil de conseguir e é um exercício difícil a que este Executivo se está a propor mas eu não tenho a menor dúvida de que o conseguindo executar nós teremos aqui a alavanca que Amarante precisa para ser mais competitiva. É fundamental que o façamos agora porque se não aproveitarmos este quadro muito dificilmente teremos capacidade para aproveitar outros. Nós hoje já devíamos estar a fazer outro tipo de investimentos. Não o estamos a fazer porque no passado não demos estes passos. Não vamos estar todos de acordo, até porque alguns têm de ser oposição e quando se é oposição custa muito dizer que se pode concordar, mas ou investimos agora ou então vamos padecer no futuro.

Eu acredito neste orçamento e na capacidade deste Executivo, mas também acredito que a oposição terá a capacidade para entender que é o momento chave para Amarante dar este passo. Por isso, parabeno a forma como o orçamento foi apresentado, mas o arrojo que a coligação Afirmar Amarante está a ter para executar um projeto ambicioso para Amarante. Não vai ser fácil. Vamos ser todos precisos mas é um passo de mudança muito grande na forma de Amarante ser que aqui se está a dar. Eu não tenho a menor dúvida de que com a aprovação deste orçamento estamos hoje a iniciar passos muito seguros e também não tenho a menor dúvida que vai ser muito bom ser membro de um Executivo seguinte, daqui a oito anos, daqui a dez anos, com condições criadas de poder pensar Amarante na próxima fase. Eu não tenho a menor dúvida”.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

Usou de novo a palavra par dizer que “quem está a ser contraditório afinal não sou eu. Quando o senhor Presidente diz que tem de haver mais proximidade, mais diálogo, falar com as pessoas, o que é certo é que o PS não foi ouvido em parte alguma na construção deste orçamento municipal. Quando se querem conjugar vontades, primeiro tem de ouvir as pessoas. O que nos leva a não acreditar muito neste orçamento, ao contrário do senhor deputado Carlos Carvalho, é que eu vejo muitos estudos, muitos pareceres e imensos projetos, mas na concretização e na realização vejo muito pouco ou quase nada. Quando me colocam apresentações em powerpoint onde se fala em milhões e mais milhões, o que eu vejo é que os alunos são transferidos de uma escola para outra, porque se iam iniciar obras que afinal só começam dois anos depois. Os alunos sofrem porque estão lá em contentores. A fiscalidade positiva é sempre um bom argumento para trazer investidores. Quando eu

quero devolver 1% do IRS às famílias, esta uma proposta do PS, é para atrair famílias para Amarante. Eu não estou a dizer que a proposta do Executivo não seja positiva, mas que devia ser conjugada com a do PS. O problema é que o senhor Presidente só se ouve a si próprio e nunca consegue ouvir o resto da população.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer que há pouco não referiu que uma das marcas das ações deste Executivo neste mandato e no anterior a forma de fazer política tem sido inclusiva ao ponto de nos últimos anos terem sido realizadas mais transferências de verbas para as Juntas de Freguesia do que acontecia no passado. As Juntas de Freguesia são ouvidas naquilo que é a gestão municipal, naquilo que é a gestão do território. Portanto, é difícil dizer que isso não acontece.

Não podemos suspeitar de que se estar a planear muito, mas que não se está a executar porque a execução não é o primeiro passo que se dá na concretização de qualquer plano. Primeiro é preciso planear. As candidaturas para serem aprovadas tiveram de ser construídas. Portanto não se vão executar antes de se planearem e de se candidatarem. Este pequeno passo inicial é já uma grande mudança porque nunca se deram tantos passos a preparar candidaturas como se está a fazer agora. Isto por si só já é digno de nota positiva. Quando ao processo das escolas que referiu, e ao que julgo saber, houve a meio do processo uma mudança de regras que fez com que o processo se atrasasse. Uma mudança de regras ao nível da gestão central tem influência naquilo que é gestão local. Muitas vezes também convém sabermos que quando estamos a imputar responsabilidades ao município convém perceber de onde nasce essa responsabilidade. Passa-se isto com despesas com pessoal, que também se repercutem do lado do município. Convém que todos tenhamos noção de como tudo isto funciona e não vir aqui atirar pedras, reconhecendo que se fizeram e vão continuar a fazer coisas boas por muitos longos e bons anos.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos Contra:0, Abstenções:17, Votos a Favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI RELATIVO A 2018**

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

#### **SARA MAIA – PS**

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), é um imposto que incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos, rústicos, ou mistos, revertendo a receita fiscal arrecadada para o Município da localização dos prédios.

A taxa do IMI para os prédios urbanos, é fixada anualmente pelos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, dentro dos tectos previstos no CIMI, ou seja entre 0,3% e 0,45%.

Do mesmo modo, cabe ainda à AM delimitar as áreas ou freguesias de combate à desertificação e minorar a taxa do tributo até 30%.

Nessa sequência, a Câmara Municipal, deliberou fixar a taxa de IMI nos 0,3% e delimitar como zonas de combate à desertificação as freguesias de Ansiães, Candemil, Gouveia ( S. Simão), Jazente, Rebordelo, Salvador do Monte, União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, União das freguesias de Ôlo e Canadelo e Vila Chã do Marão, minorando a taxa de IMI em 30%, nestas freguesias.

Ora, tal deliberação, merece o voto favorável, por parte da Bancada do Partido Socialista, na medida em que o Partido Socialista, enquanto esteve no poder, aplicou sempre a taxa mínima de IMI prevista na lei, para os prédios urbanos, e fê-lo por duas ordens de razões: a primeira para aliviar a carga fiscal dos municípios, a segunda porque gozava de uma confortável condição económico-financeira que lhe permitia dispensar aquela receita a favor dos municípios

Porém, não deixamos de lamentar, que não tenha sido acolhida a proposta dos vereadores do Partido Socialista, no sentido da Câmara deliberar pela redução da taxa de IMI dos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, **atendendo ao número de dependentes, que compõem o respetivo agregado familiar.**

O denominado “IMI familiar”, previsto no artigo 112.º-A do CIMI, permitiria uma dedução de € 20,00, para agregados familiares com 1 dependente a cargo, € 40,00 para agregados familiares com dois dependentes a cargo e € 70,00 para três ou mais dependentes a cargo.

Face à crise demográfica, vivida em Portugal, na qual o Concelho de Amarante não é exceção, a qual se deve sobretudo à baixa natalidade, entendemos que a aprovação do IMI familiar, teria sido um fator de incentivo à natalidade, criando condições para favorecer a fixação de população.

É certo, que este benefício fiscal, não resolverá por si o problema da Natalidade e do combate à desertificação, no entanto constitui a nosso ver um incentivo muito importante, que aliado com outros incentivos e instrumentos que se impõe implementar no Município de Amarante, contribuirão em muito, para a melhoria das condições de vida das populações, e para a sua fixação no nosso Município.

Pese embora, a Autoridade Tributária e Aduaneira, fosse obrigada a comunicar até ao dia 15 de Setembro ao Município de Amarante, o número de agregados familiares com um, dois, três ou mais dependentes, que tenham domicílio fiscal num prédio destinado a habitação própria e permanente, situado no concelho de Amarante, desconhece o Partido socialista, qual o impacto que tal medida teria no Orçamento Municipal, em virtude de tal informação não lhe ter sido fornecida, pela Câmara Municipal de Amarante.

Porém, entendemos, que sempre que a situação socioeconómica do Município for equilibrada, dever ser aplicado o “IMI familiar”, no município de Amarante, e que o mesmo só deve ser afastado quando a falta da sua receita fiscal, comprometer de algum modo a saúde financeira do Município, sendo demasiado onerosa para o mesmo”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Este ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**, estando presentes na sala quarenta e um deputados. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2018**

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

##### **MIGUEL ANGELO – PS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Depois da exposição do senhor Presidente aquando da discussão do relatório de atividades sobre a derrama, e percebendo que, apesar do que diz a lei acerca da consignação de impostos, o senhor se comprometa a consignar a receita deste imposto para a aquisição de terrenos para parques industriais queria deixar as seguintes questões. Quais as intenções de aquisição, em que local e a que valor?”

Está apenas contemplado a aquisição de terrenos ou também estão as restantes infraestruturas de apoio a esses parques? Estão acautelados os montantes necessários para esse investimento em infraestruturas?

Por fim qual a taxa de ocupação dos parques industriais existentes no concelho?

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que em resposta orador anterior disse que “não podemos consignar, mas o meu compromisso é que as verbas de igual montante àquilo que é a arrecadação, iremos obviamente investir naquilo que serão áreas de acolhimento que entendo que são estruturantes e essenciais. Quero também dizer-lhe que não faço a mínima ideia do preço por metro quadrado do terreno. Vou é dizer-lhe é que temos três áreas preferenciais para comprar. Uma na área de Vila Meã, porque é uma zona que tem infraestruturas fantásticas, autoestrada e caminho de ferro, e um aglomerado populacional grande. Outra na área central de Amarante, na zona de Telões e Vila Garcia que fará todo o sentido, independentemente de ser possível vir a comprar. A quem não sei, quanto custa não sei. É lá que os técnicos irão fazer o levantamento. Mediante as avaliações dos terreno é que nós vamos comprar. Se não for uma zona industrial ou se não for área classificada no PDM, vamos comprara na mesma nem que seja para daqui por dez anos para depois converter os terrenos na zona que nós queremos. Outra área que para mim é prioritária terá de ser na margem esquerda, provavelmente mais vocacionada para a indústria agroalimentar ou até para tecnologia porque são energias limpas. Esta é a vontade do município. Quando é quem isto vai acontecer? Vamos adquirindo. Alguém tem de começar independente das verbas que se tenham. Por isso é que disse que mexer numa taxa não é consensual. Se for em Lisboa ou no Porto ninguém critica. Aqui critica-se tudo. As receitas estão a cair mas põe-se a questão de querermos ou não. Se me pergunta se nós não temos que chegue eu digo-lhe que nas dos municípios a taxa de ocupação é de 100%. Os dois últimos lotes que era preciso vender vão ser escriturados a um empresário brasileiro a doze de fevereiro que vai instalar uma indústria em Figueiró. Agora, é verdade que precisamos. Não é competitivo e também não conseguimos fazer o que Guimarães faz que é vender a um euro o metro quadrado. Nem sequer para alugar. O município já identificou algumas áreas potenciais há muito tempo. Quanto ao preço, não lhe consigo responder, porque também tem a ver com a classificação dos solos. Só compraremos tendo em conta o valor que um perito avaliador nos venha a dar. Por fim, o município vai saber antecipar-se aos privados na compra de terrenos”.

#### **MIGUEL ANGELO – PS**

Usou de novo a palavra e disse que: “Compreendo que seja complicado para o senhor Presidente responder as perguntas que lhe fiz.

Contudo o Partido Socialista de Amarante sempre defendeu o não lançamento de derrama no nosso concelho.

A inexistência deste imposto sempre foi vista por nós como um fator diferenciador na região do Vale do Tâmega e Sousa e no distrito do Porto, fundamental para o aumento da competitividade do território.

Tendo em conta a própria proposta, que refere que neste ano de 2018 catorze dos dezoito municípios do distrito do Porto aplicaram este imposto, a manutenção do não lançamento de derrama deveria ter sido a opção tomada pelo executivo municipal, apostando numa clara distinção relativamente ao panorama regional.

Vivemos dias em que a economia é cada vez mais competitiva e a globalização criou um quadro em que os pequenos detalhes são fundamentais para a captação de investimento, para a promoção do emprego digno e qualificado e para a criação de riqueza. E o não lançamento de derrama tem que ser parte integrante de uma política fiscal atrativa do nosso município que nos torne competitivos na economia do século XXI.

Hoje mesmo foi aprovada nesta câmara a fixação de taxa mínima de IMI para prédios urbanos e a minoração dessa taxa para determinadas zonas territoriais. Uma medida que visa promover melhores condições para que os particulares aqui vivam. Aprovamos o lançamento de derrama irá fazer exatamente o oposto relativamente às empresas. Criaremos sim mais dificuldades para que novas empresas se fixem no nosso concelho. Criaremos sim mais dificuldades para que as empresas com sede em Amarante cresçam e se afirmem.

Não consideramos também que seja necessário recorrer a esta imposto para manter o valor da receita, até porque ela tem vindo a aumentar.

Apenas uma situação económica e financeira excepcional de desequilíbrio entre as receitas e despesas levaria o Partido Socialista a aprovar o lançamento de derrama no concelho de Amarante.

Por isso votamos contra esta proposta”.

#### **VITOR BRIGA REI – PSD**

No uso da palavra disse que a taxa da derrama é aplicada em quase todos os concelhos do distrito do Porto em muitos deles com taxas superiores. O facto de Amarante não ter tido derrama nos últimos vinte anos não nos trouxe qualquer tipo de vantagem porque muitas das indústrias que podiam ter cá ficado, foram instalar-se em municípios onde havia derrama. Tendo em conta tudo aquilo que aqui foi dito, eu quero perguntar ao senhor deputado se o PS concorda ou não que se comprem terrenos, infraestruturando-os e vendendo-os a preços competitivos a empresas que se queiram instalar?

#### **MIGUEL ANGELO – PS**

No uso da palavra disse eu qualquer político tem em vista querer o melhor para as pessoas da sua terra. Os caminhos poderão ser diferentes. Nós podemos apostar num outro caminho diferente do preconizado pelo Executivo, mas o que nós também queremos é o melhor para Amarante. O caminho pode ser diferente, mas o objetivo é o mesmo.

#### **JOSE LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse que “este é um tema que está para além dos partidos e da ideologia. Foi por isso que o município de Amarante entendeu em determinada altura convidar dois autarcas de dois municípios que são exemplo daquilo que deve ser feito para alavancar o território. Convidamos o senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo que tem feito um trabalho fantástico e é de um partido diferente do meu e convidamos também o senhor Presidente da Câmara de Famalicão, que se fez representar pelo Vice-Presidente, e foram convidados ainda todos os partidos, dos quais só pareceu o senhor deputado Cândido Zoio. Com esta reunião eu queria que todos percebessem, porque eu já tinha percebido que o município para ser competitivo não é com a derrama, mas sim com uma política fiscal capaz. Aliás, o código fiscal diz que quem investir fica isento de pagamento de derrama. Aliás todos eles podem ficar isentos para sempre, desde o momento que façam investimentos na melhoria das suas instalações, de equipamentos, de recrutamento porque nós temos isso tudo pensado, mas que ainda poderá ser melhorado. A política de desenvolvimento não é uma política de esquerda ou de direita. Tem a ver com a estratégia que tem para acolher. Eu pergunto – nos últimos vinte anos que capacidade o município de Amarante teve para se tornar competitivo naquilo que tem a ver com indústria? Eu também respondo à questão dizendo que nada fez porque não teve capacidade para o fazer. O que eu quero dizer com isto, é que a derrama não tem sido o elemento diferenciador, ou seja a bandeirinha da derrama não tem ajudado a alavancar. Até lhe vou dizer que a derrama pode ajudar se eu disser aos empresários que queiram cá investir que os isentamos do seu pagamento. A Câmara de Viana do Castelo investiu recentemente mais cinco



milhões de euros numa nova plataforma industrial. Recuperou através da derrama três milhões e meio de euros. Dinheiro faz dinheiro e é disto que estamos a falar. Consegue depois ter outros instrumentos para se tornar competitivo, um dos quais poder dizer aos investidores quem terreno a preço acessível e não a duzentos euros o metro quadrado.

O que eu antevejo para o futuro de Amarante vai demorar mais de uma década. Seguramente já não serei eu a terminar este processo. Eu quero iniciá-lo porque entendo que esta é uma das medidas que temos de ter. O município de Amarante tem de se tornar competitivo. A valor proveniente da derrama vai ser infelizmente muito pouco porque não temos muita indústria. Agora, espero que isto possa evoluir e que nós com dinheiro façamos dinheiro. É esse o objetivo. Independentemente da vossa argumentação eu quero que fique bem claro que isto não tem a ver com ideologia, porque se tivesses a ver com isso eu não podia propor porque seguramente o PSD seria contra isto, mas a questão é que tudo isto tem a ver com o desenvolvimento do território, com aquilo que tem a ver com a realidade e com a matriz do nosso território, que no passado foi muito forte na industria transformadora e perdeu essa capacidade, mas nós continuamos a estar na melhor localização possível. Nós continuamos a ter gente, embora tivéssemos já perdido alguma. Temos na zona à nossa volta técnicos altamente qualificados, saídos de municípios onde há faculdades. Não podemos perder esta oportunidade. Eu tenho tido contactos com vários empresários que gostavam de vir para cá. Dentro de pouco tempo vai instalar-se em Figueiró uma fábrica de tintas, que vai para lá porque nós fomos competitivos. Conseguimos vender um lote eu la existia. Além de Amarante, o industrial foi a Braga, foi a Famalicão, Santa mari da Feira e Vimioso. Veio cá para porque o Embaixador o mandou cá. Também passou por cá um empresário do setor automóvel, do País Basco, que nos disse que Amarante tem uma localização fantástica, mas que nos perguntou o que tínhamos para dar, porque sabia que há outros territórios com muito boas condições. Nós mostramos-lhe o que tínhamos e que era tudo privado. Entretanto foi para Viana do Castelo. Aceito todas as críticas que me queiram fazer, mas assumo que quero fazer de Amarante um território competitivo e a derrama é apenas uma gota no oceano. É o início daquilo que eu acho que pode ser o princípio da competitividade”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos Contra:20, Abstencões:0, Votos a Favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

## **PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Os Municípios dispõe anualmente de uma participação variável de até 5% no imposto arrecadado em sede de IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas, relativa aos rendimentos auferidos no ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida feitas as deduções previstas no Código do IRS. Podendo devolver parte ou integralmente essa participação diretamente com os sujeitos passivos.

O seu executivo, com a proposta agora apresentada pretende exercer o direito do limite máximo dos 5%.

Esta proposta, obteve uma contraproposta apresentada em sede de reunião de Câmara pelos vereadores do Partido Socialista, que pretendia devolver 1% dessa participação aos sujeitos passivos, por forma promover a competitividade do território através de uma política fiscal diferenciadora, no sentido de tornar Amarante mais atrativa do ponto de fiscal.

De acordo com essa contraproposta dos 1 236 501€, de receita a arrecadar significava a devolução de 123 650,10€, não comprometendo assim a situação financeira do município.

Até porque nesta última informação que reflete a situação financeira do Município, à data de 30 de novembro de 2018, consta que, face ao período homólogo de 2017, se verifica um aumento com a cobrança de impostos diretos, no montante de 644 806.21.

E no último relatório e contas aprovado em abril deste ano e relativo ao exercício do ano de 2017 consta que as receitas municipais atingiram o montante de 6.512.364 euros, registando um aumento de 553.068 euros relativamente ao ano de 2016.

Assim sendo não existe a necessidade de manutenção da totalidade desta receita, uma vez que as receitas referentes a impostos diretos continuam a aumentar.

Essa contraproposta parece-nos oportunamente apresentada mais razoável pois torna o território mais atrativo podendo potenciar a fixação de pessoas, e aponta para a responsabilidade e necessidade de manter equilíbrio entre a receita e a despesa procurando “estabilidade orçamental” como por nós partido socialista é defendida para uma boa gestão dos dinheiros públicos.

Assim o Senhor Presidente da Câmara deveria abdicar de uma fatia desta sua participação no IRS em favor dos municípios à semelhança do que tem feito cada vez um maior número de municípios.

Nesse sentido o Partido Socialista irá votar contra a proposta apresentada”.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse que queria deixar explícita uma opinião que o ajuda a decidir nesta matéria. “Não é 1% que vai fazer com que as pessoas escolham vir morar para aqui ou para ali, mas é as condições que as pessoas têm naquele sítio para morar, ao nível das infraestruturas, ao nível das atividades de bem-estar e lazer e emprego. Portanto, se o Executivo arrecada esta receita para fazer investimento em Amarante, para criar melhores condições e vida, então, aí sim as pessoas querem vir viver para Amarante. Ninguém vai à tabela de IRS dos municípios ver onde é que se paga menos para ir para lá viver. As pessoas querem morar onde têm condições de vida boas e emprego. É aí que Amarante deve investir. Eu não acho que 1% no IRS fosse fazer com que alguém escolhesse morar aqui em vez de morar ali se aqui não tiver boas condições e noutro sítio tiver”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos Contra: 18, Abstencões:0, Votos a Favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**

Ninguém se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto. Por isso, o senhor Presidente da Mesa colocou-o de imediato à votação, sendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi aprovado em **minuta**, para poder produzir feitos imediatos também por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 7 – TOMAR CONHECIMENTO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PDM**

Como este ponto era só para tomada de conhecimento, e para que ficasse registada a decisão da Assembleia Municipal, foi redigido o seguinte texto: “A Assembleia Municipal de Amarante, ao abrigo do estabelecido no artigo 121º do RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, reunida em 28 de dezembro de 2018, tomou conhecimento da proposta da Câmara Municipal de Amarante denominada - 1ª Alteração por adaptação

do Plano Diretor Municipal de Amarante – contida em sua deliberação de 18 de dezembro de 2018, cujo teor se dá por transcrito”.

#### **PONTO Nº 8 – RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA A.M.R.T. – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO TÂMEGA - HAVIDA EM 2/10/2018**

Relativamente a este ponto, usou da palavra o senhor **Vereador Raimundo Carvalho**, que questionou o agendamento de dois pontos, oito e nove. Se por acaso acontecer que o ponto número oito seja aprovado e o número nove não o seja, eu e o senhor Presidente ficamos em maus lençóis. Vamos embora os dois. Poderia acontecer. Penso que o bom censo não vai deixar que isso aconteça. Mas esta divisão em duas partes pode comprometer não o papel que eu desempenho, mas sim o papel desempenhado pelo senhor Presidente e por todo o órgão que aprovou esta deliberação.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse-lhe que seria uma enorme falta de bom censo que assim não fosse, porque se em junho se votou aqui nesta Assembleia a extinção da AMRT, não se iria agora votar o contrário. De resto, só estamos a cumprir o que nos foi pedido aquando do agendamento.

Ninguém se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto. Por isso, o senhor Presidente da Mesa colocou-o de imediato à votação, sendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi aprovado em minuta, para poder produzir feitos imediatos também por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA A.M.R.T - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO TÂMEGA, IDENTIFICADA NO PONTO Nº 8**

Ninguém se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto. Por isso, o senhor Presidente da Mesa colocou-o de imediato à votação, sendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi aprovado em minuta, para poder produzir feitos imediatos também por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE AMARANTE**

Usou da palavra o senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, disse que iriam abster-se porque afinal estamos a falar de um prazo já prolongado anteriormente. Desejou a todos os presentes um bom ano.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CAMARA**, começando por desejar a todos muita saúde porque atrás disso é possível ter tudo aquilo que é importante. Quero terminar dando os meus sinceros parabéns à Dra. Eugénia que faz hoje anos, com votos de muitas felicidades.

O senhor Presidente da Assembleia desejou também a todos os presentes um bom ano novo cheio de êxitos. A todo o Executivo as maiores felicidades e que seja um ano de todas as realizações. Os meus parabéns à Dra. Eugénia esperando que estejamos todos cá mais uns anos.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos Contra: 18, Abstenções: 20, Votos a Favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram duas horas do dia 29 de dezembro. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_